

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2018
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2018

CONTÉM 35 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2018 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE SETEMBRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 01h30.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	4
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA.....	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES	4
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	5
= ORDEM DO DIA =	5
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.....	5
CONSTITUIÇÃO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A ÁGUAS DO ALTO MINHO.....	9
LANÇAMENTO DE DERRAMA	33
FIXAÇÃO DE TAXA DE IMI	34
PARTICIPAÇÃO NO IRS	34
TMDP – TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM.....	35
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 31 DE MARÇO	35
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	35
= ENCERRAMENTO =	35



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia sete do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, na sede da União das Freguesias de Cossourado e Linhares, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro Araújo Esteves e Elisabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada, registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Aqualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. -----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). -

Substituições: -----
Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS) foi substituído por Manuel José Miranda; -----
Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Maria Clarisse de Freitas Afonso; -----
Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída por José Augusto Viana de Sousa. -----
Foram convocados Marta Sofia Lopes Dantas; Sónia Patrícia Fernandes Pinto da Silva; Márcio André da Rocha Coutinho; Maria do Céu Brandão Guerreiro; Ivan Mata de Morais; Maria Henriqueta Guedes Vieira Teixeira Pereira Rodrigues e Sandra Maria Rodrigues da Silva, que não compareceram, justificando o impedimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----
Convidou Elisabete Dantas Afonso Rodrigues para secretária da mesa.-----
Agradeceu ao presidente da União das freguesias de Cossourado e Linhares pela disponibilidade e prontidão em autorizar a realização desta sessão descentralizada da Assembleia. -----
Apresentou a ordem de trabalhos e informou que, para a discussão do segundo ponto, estaria presente um técnico, Dr. Francisco Narciso, da Águas de Portugal, para esclarecimento das dúvidas que fossem apresentadas. De seguida, fez distribuir o Regimento Municipal da Assembleia, oferta da mesa, para o presente mandato. -----

Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da União das freguesias de Cossourado e Linhares, na qualidade de anfitrião cumprimentou os presentes, louvou a iniciativa da reunião da Assembleia descentralizada, lamentou que estas sessões não se realizassem mais vezes fora da sede do concelho. Louvou os eventos culturais do concelho, mas lamentou que sejam todos na vila, já que a União de Freguesias tem um espaço, que denominou Centro Cultural, que bem poderia receber outro tipo de eventos que se enquadrassem no mesmo, tendo já, para o efeito, falado com a responsável do Centro Cultural de Paredes de Coura, aquando da elaboração do plano de atividades do ano anterior. Falou do Monte da Cidade que está para classificação, que não tem tido desenvolvimentos, e que era importante fazer avançar o processo. -----
Falou, ainda, das disparidades dos custos de saneamento que têm a ver com a localização da meia de baixo e da meia de cima da freguesia de Cossourado e das dificuldades do acesso à *Internet*. De seguida, chamou a atenção para alguns caminhos que precisam de ser reparados e que já estão há três ou quatro anos no mesmo estado, que são aliás do conhecimento do presidente da Câmara e de que já tem a promessa para a sua reparação. --

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

----- **Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 29 de junho de 2018.** -----

A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por unanimidade. -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, nos termos do nº 5, do artigo 34º, do Regimento da Assembleia Municipal: Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD); António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras. -----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-----

- Pela presidente da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende, foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento de Armindo Pereira Rodrigues, ex-membro da Assembleia da extinta freguesia de Paredes de Coura. -----

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

Foi guardado um minuto de silêncio. -----

- Pelo presidente da Junta da freguesia de Rubiães, foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento de Ângelo Brandão Ferreira, ex-presidente da Junta da freguesia de Rubiães. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

Foi guardado um minuto de silêncio.-----

- Por José Augusto Sousa, do grupo municipal do PSD, foi apresentado um voto de agradecimento, congratulação e louvor aos funcionários municipais e associações envolvidas que, pelas atividades realizadas durante o período festivo, muitas vezes com prejuízo das suas vidas pessoais, permitiram que todas as atividades realizadas tivessem sido um êxito.-----

- Manuel Monteiro, do grupo municipal do PS, disse subscrever a proposta, sendo de toda a justiça o reconhecimento do trabalho dos funcionários e que, como disse o proponente da proposta, em muitas circunstâncias - pese aquilo que é sempre comum dizer-se do trabalhador da administração central e em particular da administração autárquica-, com prejuízo da vida pessoal e particular, são chamados a cumprir a função que a comunidade deles exige.-----

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.-----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.-----

= ORDEM DO DIA =

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

PONTO N.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

Presidente da Câmara: todas as atividades feitas ao longo deste tempo estão bem documentadas. Em relação à folha económica lembro-me, ou melhor, aqueles que estão aqui nesta mesa lembram-se do grande percurso financeiro realizado, ou seja, uma gestão rigorosa, cuidada, e naturalmente é esta gestão cuidada, rigorosa que permite à câmara cumprir os seus compromissos financeiros, ter capacidade de investimento, pagar a tempo e horas a todos os fornecedores e olhar para o futuro com maior otimismo. É um lugar comum, mas para ser de esquerda é preciso fazer opções, é preciso ter dinheiro e para isso é preciso fazer uma gestão rigorosa. Portanto, à medida que olho para os documentos, noto essa satisfação.-----

José Augusto Sousa (PPD/PSD): gostei bastante da intervenção do Presidente da Câmara, na gestão cuidada, depois divergimos quando diz que é de esquerda e, pelas suas palavras de agora, a Câmara tem dinheiro, e há coisas simples que, com pouco dinheiro, podem ser feitas e que requerem apenas atenção, refiro-me aos muros da rua Conselheiro Miguel Dantas e recomendo um balde de tinta. Compreendo que à Câmara com os afazeres normais, seja preciso às pessoas de fora chamarem a atenção. Algum mato em cima dos passeios na vila. E, mesmo dentro da vila, podia dar mais exemplos, mas tenho a certeza de que, a partir de hoje, a Câmara vai olhar para essas situações de maneira diferente e arranjar-las porque, com a gestão rigorosa que tem, tem fundos mais do que suficientes para isso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Cunha (PPD/PSD): ouvi atentamente as reclamações do presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares que acho justas, mas foi parco em palavras porque todos os presidentes das juntas se andam a queixar da falta de investimento nas freguesias. Isso é claro, é notório. -----

Queria fazer uma recomendação à Câmara relativamente aos apoios aos alunos do 1º, 2º ciclo e secundário. Os manuais escolares, o que é de louvar, já são gratuitos, mas à semelhança daquilo que acontece noutros concelhos acho que deveria haver um apoio maior por parte do Município, já que aposta na educação. Assim, propunha um apoio financeiro de 40€ aos alunos de 1º ciclo; de 70€ ao 2º ciclo e de 100€ ao secundário, assim como, acho que faria sentido que os passes de transportes escolares fossem suportados pelo município, já que a criação da escola primária concentrada foi na vila e deveriam apoiar mais os alunos das freguesias. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): aproveitando a deixa de José Augusto Sousa, disse que outra situação que não implica grande investimento e deu como exemplo a recolha do lixo doméstico de que tem havido queixas e não só no mês de agosto, em que há aumento da população. Na rua onde vive tem notado que o camião da recolha passa com menos frequência e, se isso acontece, entende que deveria haver um reforço do número de contentores e recomendou também a limpeza dos mesmos. -----

Acerca da questão da qualidade da água do rio, já abordada, disse que apesar do presidente se mostrar recetivo ao assunto, tem conhecimento de mais descargas que aconteceram em julho. Assim deixava a sugestão de se sinalizarem esses locais mais críticos e tentar fazer uma vigilância mais ativa para identificar os responsáveis, considerando o crime ambiental que prejudica não só o rio, mas todos os courenses. -----

Presidente da Câmara: disse aceitar as críticas, algumas não, certamente porque não tenham sido sinalizadas e não tenha sido dado ordem para proceder às respetivas reparações, mas pelos custos que representam, obviamente. Disse que há concursos para recrutar mais pessoal. Muitas vezes o que é fácil de fazer, o arranjo dos jardins, por exemplo, é difícil de manter. A Câmara de Paredes de Coura não tem chefe de gabinete, não tem assessor, não tem motorista, só tem dois engenheiros, não tem uma série de pessoas, o que permite alguma poupança, agora vamos obviamente ter de contratar mais pessoas. Também se consegue isto com grandes sacrifícios. -----

As críticas feitas estão sinalizadas e os melhoramentos vão ser feitos, acrescentando ainda que é necessário lavar as ruas que ficaram sujas depois do festival. Obviamente que se contratássemos uma empresa era bastante caro, mas esperamos que para a semana já haja condições para fazer. -----

Aceitamos as críticas de bom grado porque muitas vezes nós precisamos do olhar dos outros. -----

A membro do PCP/PEV falou das descargas, embora já tivesse conhecimento delas. Temos de estar atentos e denunciar na altura própria. Nós sabemos que, de facto, elas acontecem, mas não temos provas cabais e não podemos acusar as pessoas de forma leviana, agora o que desejamos é que, quando acontecer, comuniquem logo à Câmara porque no tempo imediato é possível detetar ou até seguir o trilho da poluição ou da descarga. Se nos informam alguns dias depois já é mais difícil. -----

Em relação aos apoios dados aos alunos, disse que é reconhecido, por todos, o investimento que a Câmara Municipal de Paredes de Coura faz no âmbito da educação e da cultura porque não se separam muito as duas atividades. Disse que é preciso melhorar os apoios, apesar de nesta altura considerar que são satisfatórios, para não dizer muito bons. Quando a Câmara tiver uma situação melhor, naturalmente que estaremos em condições de fazer mais, porque é tudo uma questão de orçamentos e uma questão de escolha. Sei que é uma tentação da oposição, e não estou a dizer que é maldosa, mas se continuarem a fragilizar o lado da receita e aumentar sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o lado da despesa não temos orçamento para acudir a todos os pedidos. Vocês devem fazer pressão para nós melhorarmos e são livres de fazer todas as propostas que desejarem, agora, muitas vezes é uma questão de opção, é uma questão de orçamento. Agora, não penso que nenhum membro da Assembleia Municipal ache que o investimento da Câmara Municipal na educação não seja relevante. Brevemente vamos inaugurar a escola secundária. Não estavam previstos equipamentos, o mobiliário, os quadros interativos, a informática, ou seja, isso representa muito dinheiro e, obviamente, não podemos chegar a todo o lado agora. Também não acho que aquilo que estão a propor seja completamente descabido, mas não considero que seja boa gestão querer dar tudo, a toda a gente, ao mesmo tempo.-----

João Cunha - PPD/PSD: no seguimento daquilo que estava a dizer, questionava qual a afetação de recursos financeiros relativamente a alguns eventos culturais, que ainda estou à espera da resposta, relativamente ao “Realizar: poesia”, ao “O Mundo ao Contrário”; e não é que seja contra, mas é de todo o interesse, já que a oposição não tem qualquer elemento na Câmara Municipal, e acho salutar para a democracia do concelho se tivermos muita mais informação.-----

Relativamente ao que propus, não é demagogia da minha parte, faz todo o sentido, e à semelhança do que acontece noutros municípios portugueses, e é uma questão de prioridades. Se calhar dou mais prioridade à economia familiar porque depois, o que nós vemos, pode-se organizar um evento cultural que custa muito dinheiro e depois não temos os pais e as crianças a assistirem. Alguma coisa se passa. Os tempos são difíceis e quero frisar isso mesmo, acho que é importante apoiarmos as famílias.-----

A cultura é muito importante, isso sim, mas os apoios dados aos pais, a ajudar a suportar os custos com os alunos têm mais importância do que um evento cultural. Logicamente que isso requer mais informação por parte do município para que eu esteja a balancear ou contrabalançar os custos de um evento cultural e aquilo que realmente importa em termos financeiros.-----

Presidente da Junta da freguesia de Mozelos – (PS): relativamente aos apoios referidos pelo membro João Cunha quero dizer que, no caso concreto de Mozelos, vamos dar cerca de três mil euros de apoio às famílias desde o pré-escolar até à Universidade. E se reparar, e isso também é preciso dizer, eu vou ajudar e obviamente que a Câmara vai ajudar por outro, porque se eu tiro de um lado do orçamento da junta, que é restrito, provavelmente, a Câmara apoia de outra forma. Portanto, parece-me muito mais justo serem eventualmente as juntas de freguesia a fazer-lo em cada localidade e já o fazem. Vejo a vila a dar manuais escolares, já vi a junta de freguesia de Coura a dar dinheiro, Rubiães, Ferreira e, além disso, podemos acrescentar o apoio ao estudo gratuito, uma vez por semana.-----

Podemos acrescentar apoio de enfermagem e médico, uma vez por mês, podemos juntar aí aquilo que as juntas dão às comunidades em ginástica e até os ATL de verão e, portanto, também acho que as juntas de freguesia têm um papel importante a desempenhar e não pode ser a Câmara a dar de um lado e a junta a dar do outro, temos que nos entender.-----

Portanto, na minha opinião, as juntas de freguesia estão a fazer um trabalho. Não estou a defender ninguém porque não me deram esse papel, não estou a defender nenhum presidente da junta em concreto, mas entendo que deve haver, da parte das juntas, esse papel. Já o fazem muito bem e, naturalmente, que a junta ao gastar de um lado vai faltar do outro e a Câmara apoia as obras que são necessárias.-----

Portanto acho que isso já está a ser feito e é contrário ao que disse.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa (PPD/PSD): a intervenção do presidente da junta de Mozelos tem alguma razão de ser, mas traz para a discussão uma questão que não é equitativa sob o ponto de vista do concelho, porque o que foi aqui dito é, eu em Mozelos faço e a Câmara ajuda-me nesse sentido. É perfeitamente justo. Eu se estivesse nessas condições também o faria porque cada um, antes de saber se tem ou não as costas respaldadas pela Câmara, deve procurar ter uma política dentro da sua freguesia. -----

Outra coisa diferente é a política do município para todo o concelho e o que estamos aqui a discutir é uma política do município para todo o concelho. Se se sobrepõe ao das juntas é uma coisa que depois a junta fica a ganhar porque já fica com o trabalho feito com o dinheiro que gastava. Estou numa das freguesias que iniciou esse processo há mais tempo. Aquilo que é colocado em cima da mesa é uma iniciativa que o PSD recomendou à Câmara, cujo custo estimado é inferior, anualmente a cinquenta mil euros. A poupança entre as receitas correntes e a despesa corrente é, pelos números que me recorde das contas finais do ano, mais de 30 vezes superior e até é estranho porque do ponto de vista que são as tais ideologias, nós defendemos igualdade de oportunidades, mas no caso em concreto, numa política autárquica, se calhar também devemos defender igualdade de tratamento. ----
Portanto, a proposta é exequível, é uma decisão política da vontade da Câmara Municipal. As juntas que já o fazem obviamente ficarão mais salvaguardadas porque lhes vai sobrar dinheiro para outras atividades, para outros apoios que também serão necessários em cada uma das juntas, mas está plenamente de parabéns quem o faz, só mostra a pertinência da proposta porque se alguns presidentes já o fazem é porque sentem que é importante fazê-lo, portanto, é uma proposta de recomendações. -----

Presidente da Junta da freguesia de Mozelos (PS): disse que ninguém o ouviu dizer que a Câmara me dava algo em troca de A ou B e, o que eu disse é que as juntas de freguesia investem nas populações, com ginástica, com ATL, com apoio monetário e financeiro, com médico, enfermagem, e claro que se gasta parte das verbas nestes apoios, provavelmente a Câmara ajuda em obras, obviamente, mas sempre assim foi, a Câmara sempre fez as obras. Agora, a junta, dentro daquilo que são as receitas próprias, daquilo que eventualmente é venda de madeira, vai fazendo uma gestão que nos parece boa, além de que estou a meio do mandato e a Câmara gastou zero em Mozelos e já lá fizemos muita coisa. -----

Manuel Monteiro (PS): esta discussão não faz sentido, mas faz sentido quando se lança a ideologia. -----
Aqui ouvimos o PSD propor tudo para todos, de 40, 70 e 100 euros. Pergunto se já fez as contas relativamente ao que vai suportar a Câmara com o que não estava previsto na escola secundária, quadros interativos, mobiliário, equipamento, vai ter equipamento informático em toda a escola, e se é para todos os alunos ou é só para alguns. E não venham com a história de que vamos propor, até é populismo barato, tudo para todos; 40€ para o 1º ciclo, pergunto quanto recebe o 1º ciclo por escalão. O “A” recebe tudo, não paga alimentação, não paga livros, os transportes são gratuitos. O escalão “B” paga metade dos livros e metade da alimentação em função do rendimento familiar, os que não têm escalão, pagam. Se o meu filho tivesse escalão, eu não queria que a Câmara me apoiasse. Tudo para todos, não. É muito fácil fazer oposição assim. E parece que, à falta de fazer outro tipo de propostas, atira-se com isto para a mesa. -----

João Cunha – PPD/PSD: não retiro a proposta, o que o presidente da junta de Mozelos disse não parece que faça muito sentido porque isto não é uma assembleia de freguesia. A recomendação que fiz é relativa ao concelho inteiro. A forma como o presidente da junta gere o orçamento da junta da freguesia cabe à oposição, mas fez-me um bocadinho de confusão, porque acaba por dizer que dá esses apoios e depois é compensado de outra forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela Câmara. Isto fica à atenção dos restantes presidentes das juntas porque transpareceu-me um cuidado diferente, uma discriminação positiva, será?-----

Presidente da Câmara: disse estar surpreendido. As pessoas falam como se, até mesmo do ponto de vista legal e da transparência, isso fosse possível. Quando dizem que a Câmara não dá a conhecer as coisas, tenho aqui a listagem dos compromissos assumidos até 24-08-2018, ou seja, qualquer verba acima de 5 mil euros e que ultrapasse o ano civil ou seja um compromisso plurianual, é conhecida. Já disse, várias vezes, que o “Realizar: poesia” custou dezoito mil euros, pode confirmar. Obviamente que algumas despesas aparecem dispersas, como por exemplo um compromisso de aluguer de tendas, que engloba as tendas de várias atividades, “O Mundo ao Contrário” “A Festa da Truta”, “A Feira Mostra”. -----

Vocês têm acesso a todos os documentos e muitas vezes nem precisam de pedi-los à Câmara, basta olhar para as decisões nas atas. -----

Em relação à proposta, é respeitável. Agora, se há coisa que toda a gente reconhece, é que Paredes de Coura é um exemplo na educação, na cultura e na captação de investimento. -----

Há dias, ligou-me uma jornalista do Jornal de Notícias que não conheço, estava espantada com o investimento que Paredes de Coura faz na cultura e na educação. Queria fazer uma reportagem e não foi publicidade paga, queria saber, consultou documentos, ouviu falar, percebem o que quero dizer? É evidente que não damos todos os apoios, mas também há concelhos que não gastam, por exemplo, 80 mil euros no ensino da música, não gastam mais de 20 mil euros no inglês e num projeto de matemática que vamos fazer com a Sociedade Portuguesa de Matemática, onde vamos também gastar dinheiro. -----

Até podem exigir que se dê um boné ou um gorro, o que quiserem, mas não podemos acudir a todos. Agora, que é discutível, é. Que é de aceitar que façam propostas de dar cheques, é aceitável. Agora podem dizer: vocês já fazem um trabalho bom, ou muito bom, mas se vocês distribuíssem aí uns cheques, isto ficava melhor e aceito a sugestão.

CONSTITUIÇÃO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A ÁGUAS DO ALTO MINHO

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta de deliberação de constituição de uma parceria pública entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira – Águas do Alto-Minho, que integra os seguintes pontos e documentos: contrato de parceria pública e seus anexos; contrato de gestão e seus anexos; designação do presidente da Câmara Municipal para representação do município; autorização de subscrição pelo Município de ações da categoria “A” representativas do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A; aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios; determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, e aprovar a minuta de protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas: -----

Presidente da Câmara: é um assunto sério, um assunto difícil que, obviamente, vai ser mais um custo para os consumidores de Paredes de Coura. É uma decisão difícil, mas é sobretudo uma decisão necessária. Vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentar os nossos argumentos, naturalmente que, como é uma decisão difícil, haverá um debate político e será desejável que exista diálogo, que as pessoas estejam neste espaço para serem esclarecidas. -----

O Dr. Francisco Narciso, num ato que diria de civismo e respeito por esta assembleia não está aqui mandatado para defender a Câmara, está aqui num espaço democrático para tentar explicar e esclarecer as nossas dúvidas.

Telefone-lhe frequentemente e quero que, com elevação e com respeito, coloquem todas as dúvidas porque a democracia faz-se com esclarecimento.-----

Por decisão política, que já é antiga, Paredes de Coura teve sempre um défice tarifário, ou seja, nunca foram refletidos na tarifa os custos de produção, de distribuição e até de manutenção da própria rede. E, ao longo deste tempo, o que a Câmara Municipal tem feito é subsidiar a tarifa da água. -----

Disse que seria mais inteligente tornar o sistema mais racional, mas, como sabem, já temos uma rede muito antiga o que resulta em défices anuais na ordem dos trezentos mil euros. E isso até é mais ou menos suportável, o que não é suportável é ter uma rede completamente degradada que exige, no mínimo, mais de trezentos mil euros de investimento anual, o que vai já para os seiscientos mil, ou seja, a Câmara teria de ter um fôlego financeiro de seiscientos mil euros anuais. Se juntarmos a isso o rigor da qualidade da água, a exigência, o cuidado com a salubridade da água, com a saúde dos próprios utentes, então os custos ainda disparavam mais. --- Quando chegámos à Câmara, também por idealismo, por voluntarismo, achamos que poderíamos resolver os problemas, mas nós não os escondemos. Dissemos em assembleias municipais, e vocês até podem dizer isso nos jornais porque é verdade, que tínhamos dificuldade em gerir o sistema, não tínhamos fôlego financeiro e, muitas vezes, nem conhecimento para resolver os problemas. Entretanto, as dificuldades avolumaram-se com as imposições da ERSAR. A partir de certa altura, começaram a aparecer regulamentos cada vez mais exigentes, multas, ou seja, a Câmara tinha de refletir na tarifa, por imposição legal, os custos de produção, distribuição e de manutenção do próprio sistema. As pessoas vão dizer que isso foi um constrangimento que colocaram às Câmaras, para que as Câmaras abandonassem o isolamento e caminhassem no sentido da parceria, e não acho que seja uma ideia completamente tonta. -----

As Câmaras Municipais que não estiverem agregadas em sistemas intermunicipais ou em parcerias públicas, com outras entidades públicas, neste caso existe a Águas de Portugal, não poderão concorrer a fundos comunitários. É uma imposição que já foi negociada pelo anterior Governo, quando negociou os fundos comunitários, e isto também não é novo, porque o antigo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Moreira da Silva, chegou a preconizar inicialmente, e ainda bem que recuou, a privatização. -----

Não é por acaso que, numa das primeiras reuniões que tivemos na Casa do Conhecimento logo após termos eleitos, entendemos não poderíamos continuar a seguir aquele caminho. E que o caminho seria a agregação. Obviamente que esta agregação vai custar dinheiro aos consumidores, mas eu acho que seria insensato, que seria imprudente, que seria demasiado arriscado não aderir à parceria. -----

Paredes de Coura foi um dos primeiros Municípios a ter uma cobertura de distribuição de água com maior percentagem. No final da década de 80, a distribuição de água em Paredes de Coura já tinha percentagens de cobertura que não eram vistas nos outros concelhos. -----

No saneamento temos uma taxa de cobertura bastante considerável, mas temos uma rede extensa e a precisar de muitos cuidados. E, por isso, não poderíamos correr o risco de continuar isolados. Poderíamos, obviamente, empurrar isto para mais quatro a seis anos, mas não é possível, quer seja por imposição legal, quer seja por uma questão de racionalidade económica. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Temos de refletir na tarifa os custos de produção, de distribuição e de manutenção da própria rede, e por isso é que vamos assistir a um aumento maior em relação a outros concelhos, porque os outros concelhos foram atualizando as tarifas. -----

Poderão dizer que fomos insensatos, mas não tivemos muito tempo e, no tempo que estivemos no poder, fizemos duas atualizações, que não foram substanciais, porque achámos que éramos capazes de resolver o problema, só que à medida que tomávamos uma maior consciência, uma maior visibilidade do estado da rede, chegamos à conclusão de que não havia outra solução. -----

Os aumentos vão ser substanciais e nós temos aqui um papel, em que a oposição pode participar, no sentido de atenuar o choque, com as tarifas sociais. Não sou completamente crente, mas também há uma tarefa que temos de fazer que é pedagógica, ou seja, as pessoas também têm de arranjar novos métodos de poupança porque, ao contrário do que as pessoas pensam, e nem vou pelas questões ambientais, que vocês sabem obviamente o que está a acontecer, mas quando se fala em eficiência energética temos, cada vez mais, de pensar em eficiência da água. Quando tive a preocupação de reunir com todos os presidentes da junta, - obviamente alguns concordaram que, de facto, não havia outra solução, outros discordaram, outros tinham outra opinião -, mas todos reconheciam que não havia hábitos de poupança porque a água era extremamente barata. -----

Obviamente que, para atenuar este choque, vamos ter de aplicar as tarifas sociais, que já estão previstas na lei para as famílias numerosas, para os casos das famílias com maiores dificuldades económicas, mas nós também podemos complementar estes apoios para atenuar o choque. E outros argumentos surgirão ao longo da discussão, mas não podíamos adiar a adesão a esta parceria, porque estando na parceria temos conhecimento e capacidade de investimento, estamos inseridos numa estrutura, que cada vez é mais competitiva. É muito difícil permanecer-se isolado, sem escala, com custos de contexto de produção muito elevados. E como eu disse, é uma decisão difícil, mas uma decisão necessária, sob pena de por em causa a própria estrutura de distribuição, a saúde das pessoas e criar constrangimento. O que se faz, muitas vezes, são medidas paliativas, pequenas intervenções, e não podemos adiar esta questão. -----

Por isso é que fazemos a proposta de aderir a esta parceria. As pessoas ficaram espantadas porque, de facto, Paredes de Coura que diziam fazer parte da primeira estrutura de adesão à parceria, depois ficou para trás, por uma questão de discussão das condições. Aderimos quando achámos que tínhamos um contrato equilibrado, um contrato que é exigente para ambas as partes, um contrato que é rigoroso na gestão. Apesar das divergências, apesar do muito respeito que merecem as pessoas que não concordam com a adesão, nós consideramos que a proposta é razoável, sensata, diria também que é difícil, mas é inevitável e extremamente necessária. -----

Francisco Narciso, técnico da Águas de Portugal: estou há 20 anos no setor da água e de facto a água é uma questão de ligação muito forte às pessoas, é essencial à vida, é um direito humano e universal hoje reconhecido. O saneamento é considerado o maior salto em termos de saúde há mais de 170 anos, ultrapassando por exemplo a vacina, a penicilina, mas de facto confronta-se com desafios muito especiais. Ainda há dias estávamos a debater um tema, a comparar com outros municípios, a comparar com um caso de um técnico que captava a água do furo até que fez uma análise. A crise da água que tivemos em Viseu, e podemos continuar com outros exemplos. Aqui o Alto Minho é a zona que mais sofre e, de facto, se não fossem feitos grandes investimentos, havia grandes carências. Os grandes aquíferos, os reservatórios subterrâneos estão na zona de Aveiro até à península de Setúbal. É preciso olhar para este setor com bastante atenção e, de facto, o país tem uma estratégia e a última foi definida em 2014. É um pouco essa estratégia que está em curso ao nível do grupo Águas de Portugal. Somos também um dos instrumentos de apoio dos vários governos na definição estratégica do setor, e é um pouco disso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que vos queria falar. Foi feita uma grande evolução no trabalho com as juntas de freguesia, das câmaras, mas, de facto, hoje os desafios são diferentes, a evolução. Hoje, o desafio é mais ao nível da gestão e da exploração e tem outras nuances, a eficiência hídrica, e é impensável ter os níveis hídricos que temos, não faturados. Um pouco por todo o país, e numa zona como esta, particularmente disposta à escassez, independentemente de aqui chover muito, - porque ela corre toda por aí abaixo e não fica aqui tanto quanto isso e a que fica-, muitas das vezes, não tem qualidade compatível. -----

É por isso que há aqui alguma teimosia deste governo, mas também dos vários governos, porque está na estratégia do setor. -----

Está na altura de termos um novo olhar para o setor, de unirmos esforços porque é preciso mais tecnicidade, é preciso mais investimento. A renovação das redes de que falávamos está assinalada no plano estratégico. Estamos a fazer metade daquilo que é necessário eu diria até que metade está muito por cima porque nas estatísticas, por vezes, dizemos que estamos a reabilitar e no fundo estamos a renovar. Só que os fundos comunitários também estão a acabar. Este quadro comunitário é cerca de um quinto do que foram os quadros comunitários anteriores e grande parte das verbas foram colocadas a resolver problemas de contencioso comunitário que, espante-se, tinha a ver com situações que já tinham sido apoiadas no passado. -----

Isto, de facto, leva-nos a pensar que temos de ter um olhar para as infraestruturas, temos de explorar melhor, digamos, todo o conjunto de recursos de que dispomos. E, de facto, temos de aumentar as garantias de qualidade. Temos novas exigências, muitas vezes os terrenos estão contaminados pela atividade agrícola que depositou lá pesticidas, que se instalam nestes tais reservatórios e que não permitem uma utilização tão fácil do recurso, como era antigamente. -----

De facto, hoje já não basta fazer um furo e meter lá cloro e já está potável. Hoje não estamos claramente nessa situação, temos problemáticas bastante complexas, como por exemplo a situação dos microplásticos que é preocupante. Os planos de segurança da água, uma imposição que vai nascer ao nível de uma diretiva europeia, também não são uma teimosia, são preocupações de saúde pública que estão presentes. Isto para dizer que há um novo olhar - com maior tecnicidade, com maiores recursos técnicos, uma estrutura de suporte mais profissional, mais especializada neste domínio - em que se insere esta aposta do Governo que já vem na linha do plano estratégico. -----

Há muitos municípios que não têm capacidade de ter técnicos especializados e, por vezes, os colegas que tratam deste setor tratam também dos vídeos da escola e da sinalética. Portanto, para este setor, é preciso formação constante. -----

Há muitos desenvolvimentos, ainda há pouco foi publicado mais um regulamento da ERSAR com relações comerciais. Portanto, há uma dinâmica bastante exigente que não é compatível com a organização existente, mas tem de continuar a ser uma estrutura local. E é um pouco toda esta lógica que está aqui subjacente, ancorá-la também em estruturas regionais, porque a questão dos territórios é regional e é local. -----

É um pouco essa lógica que está aqui subjacente. O aumento de escala visa essencialmente minimizar o impacto da necessidade de financiamento destes serviços. -----

Às populações vai ser solicitado um esforço acrescido, sem dúvida nenhuma, nuns casos maiores e noutros casos mais pequenos, porque de facto está a ser investido aquilo que é necessário. E se, já hoje, muitos municípios têm dificuldade em assumir as responsabilidades associadas a este serviço, então se forem obrigados a investir mais, como fazer? E é o que o passado recente já evidencia. O que temos em cima da mesa é uma proposta que minimiza o impacto junto das populações e dá resposta a um aumento de investimento. Nesta perspetiva, depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de trabalhos técnicos de bastantes meses, assentes em trabalhos de anos, quer do grupo Águas de Portugal, quer dos municípios, temos uma proposta em cima da mesa. -----

Em termos de investimento, só a parte da renovação da rede é uma parcela muito, muito importante. Basta dizer que, por vezes, quando olhamos para esta região, estão aqui mais de duzentos milhões de euros de infraestruturas, que obrigam a um esforço de manutenção e conservação brutal de, pelo menos, quinze milhões por ano. É desta responsabilidade que temos de ter noção. É uma consequência do nosso desenvolvimento. -----

Ainda bem, neste domínio temos de saber dar, um pouco, a volta relativamente a essa matéria. Depois de alocadas importantes verbas para resolver situações de contencioso comunitário, foi necessário dar seguimento àquilo que estava no plano estratégico, incentivando as agregações. Existe um aviso especial dirigido a projetos regionais, a projetos fora das áreas metropolitanas, que obriguem também os grandes municípios a colaborar com os pequenos municípios para, em conjunto, ajudar a resolver os problemas que o país ainda enfrenta neste domínio. Neste aviso, os territórios de baixa densidade são discriminados de forma bastante positiva, e chegam a ter um aumento na ordem dos 50% do valor que recebem de apoios comunitários. Na linha do plano estratégico para o setor, o que está em cima da mesa não é apenas resolver as questões da água, é um projeto de solidariedade e coesão territorial. O Alto Minho afirma-se cada vez mais como um todo e é nesta articulação, na ligação com os municípios, na gestão mais sustentável e mais integrada dos territórios, que se insere este projeto. Os dados da ERSAR permitem evidenciar a mais valia desta parceria, sem prejuízo do esforço acrescido que é exigido às populações. Em todo o caso, mesmo depois do aumento previsto, o custo dos serviços de abastecimento, saneamento e resíduos, incluídos na fatura da água, não é comparável ao da eletricidade e das comunicações. -----

É evidente que um passo destes não pode ser dado sem o reforço das políticas sociais, mas também aí, em linha com o plano estratégico, foi publicado um decreto lei, no final do ano passado, que estabelece uma política social a nível nacional. Cabe, depois, a cada município, ampliar e ajudar a atenuar este processo de transição. -----

Ricardo Marinho PPD/PSD: o senhor presidente referiu que temos uma rede muito antiga e obsoleta, não duvido, mas, começando pelo programa técnico de Paredes de Coura, na página 13, a avaliação funcional das infraestruturas existentes e, este estudo, ao contrário do que o senhor presidente diz, diz que o relatório de avaliação funcional que incide sobre reservatórios, estações elevatórias, captações, estações de tratamento de águas e cujo estado funcional global revela ser razoável/bom. Aqui vejo uma certa contradição da maneira como estamos a falar. -----

No ponto 4.2 “Sistemas servidos pelo sistema multimunicipal”, são vários sistemas que temos em Paredes de Coura e podemos começar pelo mais importante que é o sistema em alta que serve todas as freguesias do concelho, excetuando Vascões e uma pequena parte de Rubiães, pelo que está aqui escrito. Este sistema é composto por trezentos e quarenta e oito quilómetros de rede de distribuição, um quilómetro de condutas adutoras, um reservatório, quatro estações elevatórias, um ponto de cloragem e uma captação de água. -----

As intervenções propostas no programa técnico são a reabilitação de um reservatório e onze quilómetros de rede de distribuição que não sei se são reabilitadas, se são novas. Isto é um investimento de 557 mil euros. -----

No sistema autónomo de trezentos habitantes de Rubiães (Antas) não está previsto isto, nenhum investimento, pelos menos nos três primeiros anos. -----

No sistema de Formariz, que serve Linhares, Ferreira, Formariz, Paredes de Coura, Mozelos, Padornelo, Parada, Cristelo, Resende e Castanheira, é constituído por vinte e duas estações elevatórias e cerca de duzentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinquenta e três quilómetros, de rede e doze quilómetros de emissários, é proposta a reabilitação de 7,8 Km de rede de drenagem, num investimento de quatrocentos e setenta e um mil euros. -----

No sistema autónomo que serve mais de quatrocentos habitantes, tem a freguesia de Coura, Bico, Insalde e Romarigães, estes 4 sistemas são constituídos por quatro ETAR, doze estações elevatórias, sete quilómetros de emissários, quarenta e cinco quilómetros de rede de drenagem e aqui não está nada previsto. -----

Temos outro sistema de duzentos a quatrocentos habitantes de que fazem parte os sistemas de Rubiães/Cunha e Cunha/Resende. São constituídos por quatro ETAR, três estações elevatórias, três quilómetros de emissários e cerca de doze quilómetros de drenagem. Aqui propõe-se a construção de uma ETAR num investimento de setenta e seis mil euros. -----

Pergunto: este investimento refere-se à ETAR de Rubiães e Cossourado? Isto quer dizer que o investimento, nos primeiros três anos, é de um milhão cento e cinco mil duzentos e sessenta euros. -----

Na última página deste documento temos, adicionalmente às intervenções propostas no âmbito da parceria, a oportunidade de captação de apoios comunitários que permitem perspetivar a realização, a expensas próprias do Município, de um conjunto adicional de intervenções, num total estimado de cerca de cento e oitenta mil euros, que é a expansão da rede de Cristelo, Bico e expansão de rede, que não diz onde. -----

Temos no plano de investimento a trinta anos, no anexo I do contrato de gestão para Paredes de Coura, num conjunto de cinco anos, um milhão cento e cinco mil duzentos e sessenta euros e, nos restantes vinte e cinco anos, sete milhões quinhentos e trinta e cinco euros e duzentos e quarenta e dois euros. Isto dá uma média de trezentos mil euros por ano e não está previsto qualquer tipo de expansão da rede, pelo menos, no plano de investimento, o que eu acho manifestamente pouco, para entregarmos a água assim, de mão beijada. -----

Passando para o anexo III, há várias questões em causa. No art.º 6º, na formação do sentido decisório dos representantes dos municípios, que serão dois representantes dos sete municípios, deve prevalecer a adoção da regra da definição por consenso e, o que me custa a entender, a Câmara Municipal vai comprar doze mil ações de cinco euros cada, num investimento de cento e sessenta mil euros para o capital da empresa, vamos ficar com 1,67% do capital social e, para mim, é manifestamente pouco, porque não nos atribui nenhum peso nas decisões, apesar de cada município ter o seu voto. -----

Passando ao anexo IV, que é o estudo de viabilidade financeira, começamos logo pela questão dos fundos comunitários. Aí, na última Assembleia, por causa do regulamento 51/2018 da Assembleia da República, diz que qualquer município se pode candidatar a fundos comunitários, sem restrições nenhuma. Ao contrário da resposta que obtive na última Assembleia, isto não é como a educação, que é tendencialmente gratuita, não é assim, e é o que diz na lei, não restam dúvidas. Além disso, no anexo IV do estudo de viabilidade económica e financeira diz que, face ao investimento, foram considerados financiamentos a fundo perdido no valor de 13,2 milhões de euros, dos quais 5 milhões são provenientes do fundo ambiental, ou seja, estamos a falar de 8,2 milhões provenientes de fundos comunitários, num total de 115 milhões de investimento previsto, ou seja, menos de 10% é patrocinado pelos fundos comunitários no investimento total de 30 anos. Mais, nessa questão, diz aqui, para fazer face ao investimento, no presente estudo foram considerados financiamentos a fundo perdido no valor de 13,2 milhões de euros a reintegrar nas tarifas, ou seja, além da empresa que vai receber os fundos comunitários, serão os consumidores a pagar a reintegração nas tarifas dos fundos comunitários. -----

Na página 10, podemos ver que o rendimento médio, no gráfico que aqui está, apesar de aqui aparecer uma variação muito baixinha posso dizer que começamos, nos primeiros cinco anos com um rendimento médio de 1,57€ e vamos subindo até aos 20 anos, até 1,72€ de rendimento médio para a empresa. No quinto quinquénio,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os penúltimos cinco anos, baixa para os preços do primeiro quinquénio e só nos últimos cinco anos do contrato é que vamos ter preços mais baixos do que temos atualmente. -----

Além disso, se olharmos para a continuação deste estudo de viabilidade, vemos o gráfico EBITDA que simboliza os ganhos de uma empresa, antes de juros, impostos, amortizações e depreciações e o que vemos é que a empresa passa para lucros, no início, de menos de dois milhões de euros, e vai atingir no último ano sete milhões de euros de lucro. Antes de todas essas questões e vemos que é costume perceber isto, os gastos com pessoal passam de três milhões, no início, para quase seis milhões no final; gastos operacionais de dois milhões e meio para cinco milhões e meio, ou seja, temos aumentos de gastos quase para o dobro. Durante quase trinta anos temos um aumento do lucro de dois para sete milhões e, a mim, custa-me a perceber de onde vem este dinheiro todo. -----

Existe, ainda, uma cláusula no contrato que é a retribuição aos municípios que é, ao final de cada ano de contrato, esta parceria obriga-se a retribuir uma percentagem do volume de vendas aos municípios que ronda no primeiro quinquénio os 0,75%, que eu penso que este 0,75% é a dividir por todos os municípios não é 0,75% para cada. Isto não é esclarecedor e, além disso, diz que a retribuição deste valor vai ser refletida nos gastos a recuperar por via tarifária, ou seja, a empresa dá este valor aos municípios, mas, no fim, vai cobrar este dinheiro nas tarifas o que me parece um bocado injusto. -----

No anexo VI – “Modelo de convergência tarifária”, no ponto 3, o que está definido é que o modelo de convergência tarifária dura cinco anos, ou seja, em cinco anos, os municípios têm que ter os preços equilibrados, é o que está descrito. Depois, diz que no primeiro ano de convergência tarifária proceder-se-á à convergência da tarifa fixa e invariáveis incluindo por escalão, ou seja, isto quer dizer que a partir de janeiro vamos ter as tarifas niveladas por Viana do Castelo e isto leva-me a uma questão. Fiz umas contas muito simples e num consumo de 15m3/mês e uma fatura de vinte e dois euros, temos aumentos de perto dos cinquenta por cento. -----

Passando do contrato há duas cláusulas que fazem muita confusão, o senhor presidente disse que havia que atenuar este choque utilizando, por exemplo, o mecanismo das tarifas sociais. Na cláusula 12ª, em que os municípios assumem a responsabilidade integral e exclusiva associada a esquemas privativos de proteção social, ou seja, isto são as tarifas sociais. E agora, eu o que queria perceber é: se avançamos com este acordo, quanto é que isto vai custar ao município de Paredes de Coura. -----

Presidente da Câmara: de forma geral, o município não tem seiscentos mil euros para investir todos os anos, mas tem cento e setenta mil euros para proteger aqueles que mais precisam porque, como disse há pouco Manuel Monteiro, devemos fazer discriminação nos apoios. Não sou adepto da universalidade e a democracia também é feita com discriminação. Uma coisa é eu gastar uma pequena parte do meu orçamento para atenuar os efeitos desta decisão, porque eu não tenho capacidade financeira para investir. Há outro risco, que refere e muito bem, na taxa de dois por cento que é cobrada, mas, por muitos diagnósticos que façamos, o que está debaixo da terra é sempre pouco previsível. E eu também gostava de acreditar que a rede - aparentemente diz que os investimentos são tão poucos, ou não foram sinalizados - estivesse em tão bom estado e aí podíamos pensar de outra forma, mas, mesmo assim, seria irracional, porque todos os outros municípios que não aderem vão chegar perto da nossa tarifa. Disso não tenho a mínima dúvida. A única coisa de que eles se podem vangloriar, mas também lhes vai custar dinheiro, é dizer “a água é nossa”. No nosso caso, a água também continua a ser nossa, ou seja, nós não estamos a fazer uma parceria com entidades privadas, estamos a fazer uma parceria pública, obviamente que devemos estar preocupados com a gestão pública, mas da Águas de Portugal. Não estou a defendê-los, mas tenho recebido apreciações muito boas que consideram a Águas de Portugal, sobretudo na alta, um exemplo para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Europa. Agora, nós também estamos na parceria e estamos também, por exemplo, para controlar, para discutir, ou seja, este acompanhamento da gestão também deve ser feito por nós. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): a controlar em minoria. -----

Presidente da Câmara: o quinto elemento de desempate é escolhido em parceria por nós, também tem de ter a nossa anuência. Há três órgãos. Na comissão de parceria, Coura não vai estar; Viana escolhe um, porque está a assumir riscos, tem um sistema que dá lucro. Eles nem tinham nada que se juntar a nós, até podem sofrer de contaminação e por isso têm direito a escolher um elemento. -----

O outro é pelo capital social. Nós temos pouco capital social, por isso o concelho de Paredes de Coura não vai estar no conselho de administração, então negociámos uma contrapartida, se na comissão de parceria escolhem o que tem maior capital, no conselho de administração escolhem o que tem menos capital social, ou seja, Coura vai estar no conselho de administração e, no fundo, é o conselho de administração que propõe à comissão de parceria, as soluções, os investimentos. É evidente que a comissão de parceria é o órgão por excelência, mas é o diretor executivo, o CEO que obedece aos administradores. Mesmo na Assembleia Geral, onde é importante existirem uma série de mecanismos de controlo, vão estar os presidentes das câmaras que não têm representatividade nos outros órgãos. Há parcerias que funcionam melhor ou pior, também por responsabilidade das pessoas. Vamos aderir à parceria, mas vamos ser ciosos. -----

Aderimos mais tarde porque negociamos arduamente com a Águas de Portugal e eles defendem a sua posição e também estão a tomar algumas precauções. Fizeram uma aliança com as antigas câmaras no sistema em alta e deu confusão, porque a Águas de Portugal começou a construir depósitos, tinham um pré-acordo. Entretanto já fizeram sistemas alternativos. Quanto ao diagnóstico que se fez da rede, não acredito que consigam fazer um diagnóstico exaustivo e esses 2% e até alguns prémios de desempenho têm de os ter para atenuar o risco porque preveem que ter algumas surpresas uma vez que não conhecemos a rede. Eu também pensava que tínhamos uma rede melhor do que a que efetivamente temos, mas basta perguntar aos técnicos da Câmara que confirmam que a rede atual é um sumidouro de dinheiro. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): é bom saber que Paredes de Coura vai estar no conselho de administração, mas com posição minoritária. Os municípios têm 49% e a Águas de Portugal têm 51%. Numa decisão crítica, as Águas de Portugal vão puxar para a dama deles e, por isso, vale o que vale estar no conselho de administração. -----

A cláusula 7 do contrato, "obrigação de ligação do sistema", é a cláusula que me faz dizer não a este acordo: "os utilizadores do sistema são obrigados a ligar-se às redes do sistema, devendo para o efeito celebrar contrato de utilização com a EGP". O nº3 diz: "a obrigação de ligação prevista no nº1 determina o dever de desativação dos sistemas de abastecimento particular de água para consumo humano, bem como dos sistemas particulares de disposição de águas residuais domésticas na água ou no solo". Ou seja, o que isto quer dizer é que toda a gente tem de se ligar ao sistema e não pode ter furos para consumo de água. É lei antiga, mas ainda não a vi ser aplicada e vocês estão a aprovar isto, ou seja, quem tem furos ou fossas sépticas vai ter de as desativar para se ligar à rede. -----

E este ponto, conhecendo a nossa realidade: "Quem tem sistema particular de água não vai poder usufruir dela". Este ponto devemos discuti-lo aqui porque o acho demasiado importante para deixar passar em claro. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): já deixei claro em sessões anteriores que não considero esta parceria vantajosa para os courenses porque a Águas de Portugal terá uma maioria na decisão do que vai ser atribuído aos municípios e

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deixa em aberto a concretização de um processo de futura privatização da água do distrito. Sei que vai dizer que isso não é possível, mas nada garante que alguém que tem a maioria de decisão não possa, mais tarde, alterar o contrato. - -----

É como dizer: vamos ter uma produção, os dois juntos, tu ficas com 40 e eu com 50 da decisão. Nada garante que quem tem a maioria, a meio não troca a decisão. -----

Para mim, esta parceria não é democrática e retira às autarquias a possibilidade de intervenção na gestão da água, afasta os serviços das populações e agrava os custos da água, que para mim é o mais grave. -----

Sei que disse que é impossível para a autarquia continuar a sustentar a distribuição de água, como está e não ponho em causa que as tarifas possam ser atualizadas, de modo algum. Agora, não concordo que sejam atualizadas desta forma tão brutal, mas também não ponho em causa que devamos consciencializar as populações para as orientar mais no sentido da eficiência na poupança da água, nisso estamos de acordo, mas não estamos de acordo no facto de os courenses, em pouco tempo, passarem a pagar uma tarifa que vai ser nivelada pelo município de Viana do Castelo que é de 2,14€ por metro cúbico e a longo prazo, provavelmente quando a rede precisar de intervenção, isso também se vai refletir nas tarifas, porque a lógica é de que os cidadãos devem custear todos os encargos e, por isso, não concordo porque estamos a falar de um sistema público e para mim a água é um direito humano, é um bem comum e público e deve estar acessível a todos, por isso, este contrato, na forma que está apresentado e na forma como se propõe, não salvaguarda estas condições.

Manuel Monteiro – (PS): posso correr o risco de chover no molhado ao apresentar a posição do grupo municipal do Partido Socialista que olhou com particular atenção para esta questão. E mais, partimos do princípio sagrado, se assim quisermos dizer, que a água é um bem público, é um bem comum e é um bem do povo. É também um bem simbólico. As grandes civilizações cresceram à volta da água, como sabemos, mas a gestão do bem comum alterou-se. Hoje exige-se que a gestão do bem comum se profissionalize, aliás, foi patente aqui nas intervenções que foram feitas. Usando o slogan “a água não cai do céu”, é necessário tratar, canalizar, distribuir. Para isso, todos exigimos que o acesso a este bem seja eficiente e seja eficaz. Todos temos essa perceção. Todos temos essa exigência porque estamos a falar e continuaremos a falar da gestão de dinheiros públicos. É hoje uma exigência do povo que a gestão dos dinheiros públicos seja eficiente e seja eficaz. -----

Ora, neste domínio, nós temos presente que estamos a falar de um acordo de parceria pública, sublinhe-se, público. Se estivéssemos a falar de um acordo de gestão privada, se calhar outro galo cantaria na minha intervenção, eventualmente, na intervenção dos outros membros do grupo municipal. Durante anos, eu lembro-me, fui membro do executivo como sabem, e no meu tempo a Câmara Municipal comprava a água a 49 cêntimos o metro cúbico e distribuía-a a 42 cêntimos. Durante anos foi feito isto. Estava mal? provavelmente era a dinâmica de gestão que estava ali patente. Paredes de Coura em 1975 deveria ter 3 ou 4 quilómetros de rede de distribuição de água e foi feito um gigantesco esforço pelos presidentes Guerreiro e Pereira Júnior que chegou a níveis de satisfação e de atribuição de mais de noventa por cento, dos melhores do distrito. E isso teve custos para o erário público, para a gestão do dinheiro público, em benefício dos cidadãos courenses. Esteve mal? Provavelmente, não! Duraria sempre? Provavelmente, não! Aliás, o Dr. José Augusto Sousa esteve nessa discussão e sabia que isso não podia durar sempre. Mais, introduzimos a questão do regulamento entre 2005 e 2009, de tarifa reduzida para as famílias desfavorecidas e com necessidades económicas, tanto que hoje vemos, que, além do esforço que pode ser feito pelo município, também a lei diz que a própria distribuidora, a Águas de Portugal, tem de ter uma tarifa assim. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A par das exigências da entidade reguladora, há também a questão dos acessos aos fundos comunitários. Sabemos hoje que as infraestruturas do país não podem ser feitas sem acesso a fundos. Aliás, os nossos níveis de desenvolvimento são possíveis devido às políticas de coesão da união europeia, senão estaríamos bem longe dos níveis de bem-estar que temos hoje. E temos outro problema, que aqui já foi salientado, tudo que é pequeno não tem escala e tudo que é pequeno tem dificuldade de gestão. Naturalmente, o acesso a fundos comunitários com populações abaixo dos cinquenta mil habitantes ou cinquenta mil consumidores tem problemas e só com parcerias é possível o acesso a fundos comunitários. Mais, é outra exigência hoje a questão da saúde pública que aqui já foi sublinhada. -----

Já hoje, na nossa discussão interna, tivemos a questão do hipoclorito. Numa rede envelhecida, os técnicos do município com as competências que têm, fazem o seu melhor, mas não correm riscos, uma infiltração que haja na rede tem de ser combatida. É preferível chegar a casa com cheiro a hipoclorito ou termos questões bacterianas na água? A exigência da distribuição do acesso a este bem público é uma exigência também de grande capacidade técnica, aliás, na discussão dizia-se que hoje não é feita a olho, pois exige que os técnicos das Águas de Portugal, que vêm aqui e fazem o fornecimento em alta, tenham capacidade tecnológica e formação permanente. Hoje, exige-se o conhecimento bacteriológico da água por qualquer técnico que a manipule. Sabemos que os nossos técnicos fazem o seu melhor, sempre fizeram, mas não têm capacidade de, pelo menos os mais velhos, nem formação académica, para se introduzirem nessas questões. -----

Portanto, o que está aqui em causa é uma questão política, para além daquelas dimensões técnicas que foram abordadas, que são questões de pormenor, mas são importantes necessariamente. Tem a ver com a solução que temos e, de facto, ou assumimos o ónus de ficar sozinhos com a manutenção e a renovação da rede, com a exigência de fazer a paridade das tarifas; uma dupla exigência de renovar a rede e manter a qualidade do serviço, mas tem custos. E tem custos que, de uma forma ou outra, viria a ter necessariamente. A paridade das tarifas levaria a um acerto que chegaria perto daquele que vai ser o acerto da tarifa com a integração na parceria, ou como é que acham que o Município iria suportar os encargos, com quê? Com que meios, com que recursos? O presidente fala em trezentos mil euros de custo deficitário e de seiscentos mil euros de encargo anual. -----

Ora, o que o grupo municipal do Partido Socialista faz aqui é o reconhecimento da coragem do senhor presidente e do seu executivo, de propor esta medida, neste momento, a esta assembleia. Mas mais, faz o reconhecimento porque, tal como já o dissemos noutras assembleias, fez o trabalho de casa e fez o trabalho de casa negociando ponto a ponto, nas questões consideradas substantivas relativas ao acordo de parceria. E não será por acaso que outras assembleias vão reapreciar os acordos em função do seu trabalho. E este é um reconhecimento que esta assembleia deve fazer. Claro que não inibe os constrangimentos e os custos para os consumidores courenses da integração nesta parceria. Mas essa coragem que lhe reconhecemos visa resolver um problema e é um problema que há muito é um problema, que urge resolver. Durante muitos anos, como o senhor presidente acabou de dizer, adiámos a situação e temos de reconhecer nesta assembleia essa coragem. Concluindo, vamos votar favoravelmente a integração na parceria. Votámo-la depois de uma discussão difícil de uma decisão difícil, mas como disse, e nós sublinhamos e subscrevemos, uma decisão necessária. -----

Presidente da Câmara: uma vez que Paredes de Coura já tem uma rede substancial, fazia sentido que os concelhos que não fizeram esse trabalho e que não investiram, pelo menos, não tivessem o encargo ao concorrer aos fundos comunitários. O município de Arcos de Valdevez, por exemplo, vai ter de expandir a rede, naturalmente, e vai ter de pagar a comparticipação, mas faz sentido, porque é uma questão de justiça e de equidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Podem não acreditar, mas eu era a pessoa mais renitente. Quando falam da coragem, a coragem que ganhei, devo-a muito aos meus colegas, à Águas de Portugal que me foram convencendo. No início das reuniões eu dizia aos meus colegas dos outros concelhos: “aumentem, aumentem, que eu aumento menos dois cêntimos”, do ponto de vista político, era uma maravilha. E não são dez concelhos porque sete têm muita guerra para comprar com muitos sistemas autónomos e é respeitável que eles tomem essa decisão. -----

Agora, mesmo que Paredes de Coura quisesse ficar sozinho, não poderia. Não é uma questão de ser o PS ou o PSD, é uma questão de racionalidade.-----

Agora eu digo, vocês são ingénuos quando não defendem a adesão? Não, longe disso, muitas vezes é uma decisão que é difícil, mas temos de a tomar, porque a ERSAR não nos deixava subsidiar a água, tínhamos de aumentar os preços na mesma, mas depois coríamos o risco grave de aumentar os preços e continuar sem capacidade de investimento, porque estávamos sozinhos. Podem dizer que tomamos a medida muito cedo, ainda falta muito até final do mandato. Não, isto é difícil e provavelmente as pessoas vão castigar-nos, por assim dizer, politicamente. Não tomamos esta decisão de ânimo leve, esta decisão é muito difícil. Lembro-me de ser chefe de gabinete e já tínhamos reuniões no Centro Cultural para decidir isto. Não é de condenar os antigos presidentes, porventura eu também faria o mesmo. Podemos adiar, mas chega-se a um certo ponto em que há um problema para resolver, é um problema que vai ter efeitos na vida das pessoas. Ou continuamos com paliativos ou tentamos resolver o problema, mesmo que isso tenha custos políticos. É difícil, mas necessário.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: gostaria de cingir-me a alguns aspetos políticos da questão tal com o porta voz do PS e, em relação a alguns argumentos, desmistificá-los. Há um problema financeiro, há duas escolhas, eu como presidente da Câmara Municipal, se surge um problema financeiro e corrijo-o ou meto no sistema de que são eles a corrigir. A escolha está feita, sob o ponto de vista político. -----

Se há um problema financeiro para resolver, a Câmara tinha condições de o resolver, aumentava as tarifas até ao ponto que fosse satisfeito tal como é agora para que o sistema fosse autossustentável e a água era nossa. Voltando lá atrás, estamos agora a cometer o mesmo erro que se cometeu há muitos anos quando se vendeu a água em alta. Coura era e é autónoma sob o ponto de abastecimento de água e vai continuar a ser e foi um erro vendê-la por oitocentos mil euros e agora só o défice tarifário que o senhor presidente diz de trezentos mil euros, ano, porque quando a água era nossa, não havia esse défice tarifário só há défice a partir da altura que a Águas de Portugal nos passou a faturar a 0,46€. Portanto, não havia, passou a haver um erro. -----

Não fazia os percursos de exploração e, volto mais atrás ainda, é que muitos destes investimentos foram feitos, em muitas das situações, ainda sem fundos estruturais. E fez-se. E tornou-se Coura na vanguarda do abastecimento de água e do saneamento. E por isso percebo porque é mais fácil ir agora, para um sistema e arranjar uma desculpa para fazer todos juntos um caminho em vez de, na minha casa, resolver os meus problemas. É muito mais fácil! Depois há aí uma outra questão que é a política que está a ser desenvolvida e eu não concordo com ela. Era muito mais favorável um sistema daqueles que existe, por exemplo, no gás natural em que há uma subsidiação entre as áreas com maior densidade para áreas com menor densidade, para garantir que toda a gente tenha acesso ao sistema. Não é isso que se está a passar na Águas de Portugal. -----

Uma outra questão, a dificuldade que o senhor presidente fala da tomada desta posição está bem espelhada na deliberação da Câmara Municipal. Eu não vejo lá uma vantagem objetiva, clara e crítica para Paredes de Coura, para aderir àquilo. São tudo generalidades. Eu gostaria que, na deliberação, estivessem vantagens objetivas e claras para o município de Paredes de Coura. E não estão lá. Estivessem e, tal e qual como no passado, ter-se-iam evitado alguns erros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Voltando à questão, já vimos todos, pelas intervenções que aqui foram feitas, que não há nenhuma limitação no acesso aos fundos estruturais. Já vimos todos que fazer investimento e repercutir isso nos consumidores é de facto aquilo que vai acontecer e isso não é habilidade nenhuma, qualquer um faz. Não está nada definido no acordo parassocial que garanta aquilo que o senhor presidente diz. Não garante que um membro no conselho de administração, daqui a três anos, quando renova ele continua a ser, não há nada que diga como vai ser o acordo parassocial, mas nós temos aqui de deliberar sobre um conjunto de situações, isso não está nos documentos. Sei e por isso é que o senhor diz, nós estamos lá com 1% do capital, é nos três primeiros anos e enquanto os acionistas não deliberarem coisa diferente. -----

Relativamente a essa questão devo dizer que os dois concelhos que não entram e que aqui foram revelados alguns dos problemas que têm, são os dois do PSD e foram, até agora, governados pelo Partido Socialista e os problemas que têm com a gestão autónoma dos serviços de abastecimento de água foram gerados pelo Partido Socialista, durante muitos anos. -----

Mas voltando à questão, há um sistema alternativo quanto à questão da privatização das águas. O governo em Portugal que privatizou o sistema de abastecimento de água foi do Partido Socialista. E tanto quanto sei, a população desses concelhos e que são trinta e quatro concelhos no país, está contente com esse serviço, melhorou a qualidade, não a paga mais cara do que os concelhos que não são. Outro sistema alternativo é na área metropolitana do Porto. Vá lá tentar convencer o Porto a entrar nisto. A Águas de Portugal que vá tentar que o Porto entre neste sistema. A água é das mais baratas do país, é rentável. -----

Há sistemas alternativos, gestão alternativa, municípios com gestão alternativa e são rentáveis. É preciso repercutir no preço final ao consumidor, à exceção das tarifas sociais, o preço de exploração. -----

Presidente da Câmara: havia outro sistema que estudámos, era o sistema intermunicipal com os dez municípios a fazerem uma parceria. -----

De facto, há a Águas do Ribatejo, que é um sistema intermunicipal que tem uma tarifa próxima da de Coura, fomos tentar perceber como, e não é que tenham menos problemas do que nós, mas têm um empréstimo de cinquenta milhões e não o refletiram nas contas, ou seja, é aquilo que se chama de empurrar para a frente. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: há muitos anos atrás, estive contra a venda da rede em alta e vou continuar por achar que é um erro, porque nós somos tão capazes como esta empresa de fazer com o sistema seja financeiramente sustentável. Com a medida que está a ser preconizada não é habilidade nenhuma, que basicamente é o aumento das tarifas para cobrir todo o tipo de custos e isso é logo aplicar a Coura a mesma coisa que nós temos custos de exploração e mais baixos estava logo resolvido. E como vamos refletir no investimento o custo da tarifa também temos o dinheiro para fazer o investimento.

Presidente da Câmara: Não sei onde o vai arranjar. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: tal como a Águas de Portugal que vai aumentar a tarifa. -----

Presidente da Câmara: aumentava a tarifa até ao ponto de Viana, certo? E onde ia buscar o resto do dinheiro para investir. Ao Orçamento Municipal? e depois pedem cheques para as crianças, para os caminhos, para as juntas, como é que é possível? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa – PPD/PSD: senhor presidente, está a dizer que este sistema de águas, e é o que está aqui nos documentos, vai aplicar uma tarifa que cobre todos os custos de investimento. -----

Presidente da Câmara: se não fosse o acesso aos fundos comunitários, acha que conseguíamos?-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: já vimos que o acesso aos fundos comunitários é menos de 10% do valor do investimento previsto. -----

Presidente da Câmara: basta ver a previsão, nós temos uma previsão baixa que se vai manter eterna. Se, de facto, acontecerem coisas inesperadas, não se resolvem. Não pode refletir tudo, eternamente, na tarifa. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: o que diz o estudo é que quanto maior a necessidade de investimento, mais sobe a tarifa. Portanto, a fazer isso, também eu como presidente da Câmara fazia. -----

Presidente da Câmara: mas se acha que o problema é tão fácil de resolver, porque é que nestes anos todos, as dificuldades continuaram? -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: para isso era preciso tomar medidas políticas que não foram tomadas.-----

Presidente da Câmara: fazer um estudo e entregar ao Ministério do Ambiente. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: há uma outra questão relativamente ao estudo que é apresentado, não encontro no estudo nenhuma referência à tendência demográfica. -----

Presidente da Câmara: o que ainda penaliza mais a parceria. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: porque o estudo diz que a faturação continua sempre a subir. Havendo a previsão da quebra significativa da população, que raio de estudo, que eu não vi essa referência no estudo, conta com a quebra demográfica e depois como vai ser feito? Os investimentos são na mesma necessários e vamos sobrecarregar ainda mais a população que cá está. É isso que está em cima da mesa. -----

Presidente da Câmara: por esse prisma, há alguma pertinência. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: o sistema que nós temos é bom, se é deficitário tem de se corrigir o défice para o nível aceitável, sob o ponto de vista do que são as tarifas sociais e a política social do município em relação ao abastecimento de água e saneamento. -----

Depois, se isto é tão importante, não consigo perceber como estão investimentos feitos há mais de seis anos e não estão a ser usados e depois fala-se sobre a qualidade da água. Há aqui questões que não batem certo e depois temos as questões da qualidade da água e dizemos que a nossa água não é boa. -----

Presidente da Câmara: no fundo, defende que o nosso aumento da tarifa é necessário e que, se vocês tivessem de decidir, aumentavam a tarifa para o mesmo nível que o nosso. Continuavam sozinhos e continuavam sozinhos a fazer os investimentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa – PPD/PSD: o que o senhor presidente pode dizer é que o PSD preferia, se tivesse de aumentar as tarifas, aumentava-as diretamente a Câmara, em vez de dar a uma empresa para fazer a mesma coisa e perder uma quantidade de poder que atualmente tem. Se não veja, os centros operacionais vão ficar onde? Em Coura? -----

Presidente da Câmara: alguns.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: em Coura vai ficar um atendimento. Onde estão os outros centros operacionais? Outra coisa que não está definida no estudo é qual a perspetiva do número de funcionários que vai aderir e trabalhar fora de Coura. Se não vai ninguém, como vão ser redistribuídos, e se vai ou não permitir a renovação nos concursos públicos.-----

Presidente Câmara: no recrutamento temos aquelas deficiências assinaladas de não pintar o muro, porque temos mesmo muito poucos funcionários.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: o senhor presidente já me ouviu dizer muitas vezes que o município tem poucos funcionários e continuo a concordar que o município de Coura tem poucos funcionários, comparativamente a outros e às necessidades de serviço. Não tenho dúvida nenhuma. A questão que coloco é, qual é a perspetiva de adesão dos funcionários que estão neste segmento, para irem ou não para este sistema. Como vão ser suportadas as despesas de deslocação para os centros operacionais, que nenhum deles é em Coura? -----

Presidente da Câmara: está tudo resolvido.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: se não houver adesão de funcionários, em que é que isso vai impedir o processo de renovação dos funcionários do município? -----
Que tipo de garantias temos para a constituição do corpo técnico das águas? Espero que não seja uma redistribuição de lugares, comum a processos anteriores. Do ponto de vista estratégico, o PSD entende que é mais um erro que vem sublinhar ainda outro erro tomado no passado, na venda da água em alta. Que todos nós temos capacidade e competência para afastar, sob o ponto de vista financeiro, o processo de exploração das águas para manter a nossa capacidade de intervenção, de decidirmos nós os nossos investimentos, quando os queremos fazer e não à medida das necessidades. A capacidade de investimento que essa empresa vai ter, que pode não ser compatível com as nossas necessidades e não está nada regulado; aí diz que vai ter, mas em concreto só tem uma equipa de trabalho. Se vai para os Arcos, ou vai para Valença, ou vai para Ponte de Lima, não há nada que diga que em Coura vai ser feito quando for necessário fazer. Depois, como é resolvido o problema, como há dias, quando rebentou uma conduta num determinado local e rapidamente chegou alguém da Câmara para resolver. Como vai ser resolvido, se só temos um ponto de atendimento, vai estar durante 40 minutos a água a correr.-----

Presidente da Câmara: há um *call center*.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa – PPD/PSD: se há um *call center*, deverão ser sempre mais de trinta minutos a chegar a alguns locais do concelho. Na minha opinião, e na opinião do PSD, é mais um erro. Numa altura em que se fala cada vez mais de descentralização, estamos a inverter, a empurrar as coisas para um processo de centralização e a perder poder de decisão. -----
O PSD é contra a integração. -----

João Cunha - PPD/PSD: uma questão que mereceu mais atenção e que me preocupa, todos os presidentes da junta vão ter de explicar isto à população. Eu vejo algumas vantagens. Uma questão que me preocupa é a questão dos recursos hídricos, privados. As pessoas que têm poços, furos, têm água própria, quero perguntar se não a podem usar, não a podem beber, não a podem dar aos seus animais. Quero que me respondam relativamente a isto. -----
Preocupa-me a deslocalização dos trabalhadores. -----
Para finalizar, digo que será desta que a ETAR de Formariz vai passar a funcionar. -----

Ricardo Marinho - PPD/PSD: a primeira questão tem a ver com a privatização e, supostamente, o contrato blinda a hipótese de haver aqui uma privatização das águas. -----
A empresa tem um capital social que é dividido entre todos, independentemente das percentagens em ações do tipo A, portanto tanto os municípios como as Águas de Portugal ficam com as ações tipo A. O que diz no regulamento é que as ações do tipo A podem ser transformadas em ações do tipo B, detidas por pessoas coletivas de caráter privado ou público, desde que o capital social da empresa se mantenha com ações do tipo A em 51%. A Águas de Portugal pode ficar, realmente, com 51% do capital social da empresa com ações do tipo A, mas os municípios, se houver aprovação na Assembleia Geral, podem transformar as ações em tipo B, e vendê-las, com certos direitos, a entidades privadas. Apesar de não haver aqui uma maioria de capital privado, pode acontecer, porque está aqui e estamos a aprovar isto e se todos os municípios venderem as participações que detêm basta ser aprovado na assembleia geral da sociedade. O problema é que se não entrássemos neste acordo isto nunca poderia ocorrer. Podemos chegar ao ponto de ter 49% de capital privado e 51% da Águas de Portugal, uma tese académica, mas que pode perfeitamente acontecer e está aqui prevista. Entendo que as tarifas têm de ser aumentadas. A grande questão aqui é se é o município que assume o aumento das tarifas fica com a gestão da água ou então entrega a gestão da água a uma entidade externa em que a nossa capacidade de decisão fica limitada. A decisão é essa. É a decisão sobre a nossa água. Não estamos a falar de eucaliptos, de pedras, mas de água. Nós podemos ter tudo, mas se não tivermos água, não temos nada. -----
A verdade é essa, - a água- ficamos nós com a nossa água e tentamos gerir as coisas de forma sustentável aumentando as tarifas, é possível. -----
O Dr. Francisco falou aqui nos casos de seca, na África do Sul, em Barcelona e em Viseu e isto é tentar levar as coisas pelo lado mais dramático. Mas temos questões, como por exemplo, a questão de Israel que é um país basicamente no meio do deserto e é dos países que, a nível de aproveitamento de água e de eficiência do uso da água, está no topo mundial. -----
Estamos tanto na vanguarda, com Plano de Paisagem, com tantas coisas boas que se fazem em Coura, porque é que Paredes de Coura não tenta seguir esse caminho alternativo? -----

Presidente da Câmara: porque há casos em que é preciso dinheiro. Noutros, é a criatividade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo Marinho - PPD/PSD: e porque não utilizamos essas ferramentas que sempre utilizamos nos últimos anos? -----

Presidente da Câmara: louvo a vossa coragem, porque a única coisa que nos diferencia é que vocês também acham que não há alternativa ao aumento da água e que também a aumentavam. Só diferem porque dizem que o sistema deveria ser nosso. Mas, para que o sistema seja sustentável, não chegava aumentar para o nível das tarifas de Viana, teria de se aumentar oitenta e dois por cento.-----

Ricardo Marinho - PPD/PSD: senhor presidente acho que é uma questão de educação, ensinar as pessoas sobre uma série de propostas que se podem fazer, a exemplo de outros países, de forma gradual, à medida dos investimentos que poderíamos fazer e por um prazo de 30 anos. Nós, num prazo de 30 anos, poderíamos fazer muita coisa, se as coisas forem feitas de forma gradual. A decisão que nos cabe aqui a todos, hoje, é uma decisão importantíssima, que põe em causa muita coisa e que nos afeta a todos e às nossas famílias. Eu, pessoalmente, e o grupo do PSD, vamos votar contra porque acreditamos que há modelos de gestão que poderiam ser testados sem aderirmos. Daqui a quatro ou cinco anos, poderíamos ter de aderir e nesses quatro ou cinco anos não poderemos experimentar coisas novas. -----

Presidente da Câmara: não há nenhum exemplo no país que, de forma isolada, constituísse um caso de estudo, de sucesso, de sustentabilidade financeira, para que os outros concelhos aderissem. -----
O estado do défice tarifário trouxe-nos a este ponto. Os investimentos na rede e no sistema de exploração e distribuição da água são muito elevados e aí está o problema. -----
Isto é muito complexo, porque se houvesse um único caso no país, de sucesso, que pudesse servir de caso de estudo e que outros pudessem seguir, nós tê-lo-íamos feito. Agora, é a vossa posição e é respeitável, só que o problema é esse, é um problema de sustentabilidade. -----
É uma decisão difícil. Para vocês é mais fácil votar contra, apesar de reconhecerem os argumentos que apresentamos. Para nós, não é fácil aderir à parceria. Não é fácil, mas é a única solução e não vou dizer que é a solução pior porque até parece que vamos aderir porque se trata de um mal menor. Não, é a única possibilidade de constituição de uma estrutura capaz de resolver os problemas, porque quando se apresentam os planos de investimento correm-se muitos riscos. Até a análise está muito por baixo. -----

Ricardo Marinho - PPD/PSD: a análise esta feita por baixo, mas se houver necessidade de investimento esse dinheiro irá ser refletido nas tarifas. Não precisamos de olhar só para o nosso país para procurar soluções. -----
Para terminar, espero que todos tomem uma decisão em consciência e que votem a adesão a este acordo de forma a pensar em Paredes de Coura e nos Courenses. -----

Foi deliberado, por unanimidade, prolongar os trabalhos para além da meia noite. -----

Cláudia Pires de Lima, presidente da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende: é com especial agrado o que ouço o testemunho do senhor presidente sobre a dificuldade da decisão. E foi com especial agrado que há duas assembleias atrás vi o membro Ricardo Marinho levantar esta questão. Na última assembleia, voltou-se a abordar o assunto quando outros concelhos já tinham aprovado a parceria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Confio no trabalho que é feito. Neste sentido, acredito que, realmente, houve meses de trabalho sobre esta questão e, perdoem-me a forma franca, outros concelhos não se deram ao trabalho de o fazer. Isso transmite-nos segurança. Arrisco aqui dizer que qualquer um de nós queria continuar na situação em que estamos, neste momento, mas com uma rede qualificada, que é aquilo que nós não temos. Agrada-me sinceramente que o nosso grupo de trabalho ao nível do município tenha lutado, tenha debatido e tenha conseguido um acordo mesmo assim imperfeito. Imperfeito, porque nem tudo é negociado, porque tal como o senhor presidente disse, existem previsões e previsões não são certezas. Nós não podemos falar do futuro com todas as certezas em mão, mas podemos, com certeza, dar um passo com sentido de responsabilidade. -----

Por outro lado, enquanto presidente da junta que é uma posição que considero sempre privilegiada pela proximidade, são-me colocadas algumas perguntas pela população. O maior pedido que faço ao senhor presidente é que mantenham o trabalho feito até agora, e sei que trabalham arduamente, mas reforcem a informação passada cá para fora. -----

É muito importante transmitir cá para fora que a água aumentou não porque nós decidíssemos isto de ânimo leve e não porque nós estamos a dar as coisas ou porque nós estamos a fazer da forma mais fácil para nós. Também lhe reconheço competência e para isso arriscava desafiá-lo a que refletir se há algum tipo de arrependimento por não terem sido aumentadas as tarifas até agora, porque às tantas não estava de alguma forma a ser acusado de aumento de quarenta e tal por cento, mas de um aumento de quinze por cento. Eu agradeço, enquanto cidadão courense, porque, até agora, poupou-me desse sacrifício económico e prefiro ter um aumento neste momento que é maior do que ser menor, mas há mais tempo que já o estaria a pagar. -----

Eu acho que é uma forma muito simples de passar a informação acerca dos aumentos. -----

Estranha-me que a maior defesa para uma alternativa, e que nos é aqui colocada também pela bancada do PSD, seja precisamente o aumento da tarifa. Eu esperava que pudesse haver outras propostas porque essa parece-me de alguma forma a mais simples, nós aumentarmos uma coisa, como é lógico, é aquela que nos vai de alguma forma simplificar a vida. Agora, simplificar não significa resolver, não significa que o facto de aumentarmos o capital, neste momento, nos permita ter algo para depois investirmos no futuro e daí ser mais inteligente, a meu ver, e mais preventiva, esta medida. -----

Por isso mesmo, correu o risco de não ter aumentado até agora, sinto-o corajoso por neste momento estar a dar este passo, um passo difícil para todos. Sinto que estamos em boas mãos para continuar a monitorizar aquilo que vai ser feito pela Águas de Portugal, porque realmente não lhes fez a vida fácil e ainda bem. Acho que eles também gostam desses desafios porque, só com desafios, nós podemos progredir e melhorar. Melhorar foi aquilo que o senhor presidente conseguiu ao negociar o contrato porque não só tratou do nosso concelho como tratou dos outros concelhos. Os outros concelhos vão beneficiar da luta que o nosso presidente travou para melhorar as cláusulas deste contrato e acredito que não tenham sido tantas as alterações como aquelas que pretendia à partida. -----

Não estou aqui pelas questões técnicas, mas tenho alguma curiosidade acerca da responsabilidade do fornecimento, ou seja, se existe, ou não, alguma linha que separe aquilo que é o fornecimento que vai ser garantido à população, ou se por alguma eventualidade esse fornecimento pode não ser garantido a partir de certa altura. Também por desconhecimento e por ter alguma curiosidade, gostaria de saber apenas o porquê de ser este o momento ideal para a adesão ou, não sendo, o porquê de ter surgido agora, neste momento. -----

Francisco Narciso – técnico da Águas de Portugal: procurando responder e começando pelas questões do programa técnico, de facto o dossiê é muito vasto e às vezes não tenho dúvida nenhuma que mais coisas podiam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser clarificadas, sem dúvida nenhuma. É evidente que há coisas que foram visitadas por amostra, em função do peso, não havia muito tempo para tudo. No que toca às redes, de facto, há uma impossibilidade, não são visitáveis. -----

Baseou-se numa troca de impressões com os serviços técnicos e nos indicadores de desempenho. A nível de reabilitação, de antiguidade, a caracterização é feita por segmentos, com base na melhor informação que neste momento existe, e foram aplicados indicadores técnicos. E com base em indicadores técnicos começamos, neste momento, com uma renovação de 1% ao ano, em termos médios, sabendo nós que temos um montante praticamente igual só em despesas de manutenção, ou seja, nas duas rubricas acumuladas estão cerca de 2%, que é um montante incomparavelmente superior àqueles que são os antecedentes todos da região. Importa aqui dizer também que o plano de reabilitação, na prática, visa atacar as situações mais frágeis. O que está frágil, e uma vez que se vai aumentar as tarifas, tem de ser logo resolvido. Em paralelo, começa logo o plano de renovação da rede. Num primeiro ano, dir-me-ão, não está suficientemente claro. Está previsto, nos primeiros cinco anos, um investimento de três milhões de euros, ou seja, é evidente que na reabilitação só aparece meio milhão, mas isto é o que está previsto a preço corrente. Depois, inicia-se o plano de renovação, que nos primeiros cinco anos é um pouco mais pequeno, porque os primeiros anos são para conhecer as redes. Não vale a pena começarmos a intervir em circunstâncias onde de facto é melhor setorizar, ou seja, há uma metodologia por trás e o programa baseia-se numa abordagem técnica, com coeficientes técnicos. -----

Vou procurar aqui sistematizar e ao mesmo tempo abordar a questão do capital social. A chave desta operação é a comissão de parceria que fica com os poderes magnos e é um órgão paritário. Aqui não releva qualquer participação de capital. Há dois representantes dos municípios e dois representantes do estado que, em conjunto, designam o presidente. Um órgão totalmente paritário. A formação da decisão dos municípios é por consenso. Os municípios vão celebrar acordo entre eles para formularem a posição junto dessa comissão de parceria. Na prática, tudo que sejam decisões magnas estão nesse órgão. -----

A entidade gestora são os serviços municipais e serviços municipalizados, ou seja, são claramente aqui o instrumento operacional. Na questão do capital social, Portugal está a adotar a reforma de há 25 anos na forma que permite fazer os investimentos municipais. Na prática, tem a ver com alavancar a capacidade de investimento nas melhores condições financeiras para trazer essas melhores condições financeiras para as populações. O grupo Águas de Portugal celebrou, há meia dúzia de meses, um acordo de quatrocentos milhões de euros, junto do BEI, em condições financeiras melhores do que a dívida do próprio Estado, ou seja, é isto que é dado às populações. Estamos a falar não só em termos de juros, a falar em maturidade, ou seja, as decisões da entidade gestora, na prática, têm a ver com questões operacionais. -----

Se um município quiser fazer mais investimento pode fazer a expansão porque houve uma decisão política, foi a primeira vez que aconteceu isto a nível dos projetos que nós podemos desenvolver. Saúdo verdadeiramente esta decisão porque o financiamento deste serviço baseia-se nos três "t", ou seja, tarifas, taxas e impostos e transferências, sendo que as transferências também são impostos, só que são impostos de outras populações, ou seja, na prática, caímos sempre em financiamento, ou são impostos ou tarifa aos utilizadores. Trata-se de manter o está definido estruturalmente, ao nível da expansão e também ao nível das políticas sociais. Os municípios podem fazer livremente, além daquilo que já está assumido pela entidade gestora, aquilo que entenderem. Quero avisar que o reforçar, o ampliar o que, por lei, já está garantido podem-no fazer a todo o momento. -----

Importa dizer que a própria entidade gestora vai ter uma política social que vai ser universal. Por exemplo, a questão dos ramais até aos 20 metros está incluída no preço do serviço, porque tem a ver com a obrigação de ligação. Portanto quem está dentro desta situação tem de se ligar, por duas ordens de razão. A primeira ordem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

razão é a saúde pública, inquestionavelmente. Não significa isto que os sistemas individuais devam ser desligados, pode perfeitamente continuar a utilizar um furo para regar e para lavagens, mas para alimentação não é recomendado, e não é desejável. Depois, falamos de sistemas que impõem à sociedade elevadíssimas despesas, portanto, é também uma questão de equidade que se coloca ao nível das populações. Quanto à questão dos fundos comunitários, houve uma opção política relativamente a um aviso. Estamos a falar de 100 milhões de euros, que está previsto vir a aumentar, num total de seiscentos milhões para incentivar estes projetos, porque são aqueles que permitem maximizar os benefícios ao nível do setor. E esta definição vem já do plano estratégico anterior. Na prática, são projetos que permitem maximizar um conjunto de objetivos que estão previstos como fundamentais ao nível do setor. -----

Relativamente à questão do EVEF, os ensaios neste momento estão feitos e as tarifas já foram trabalhadas, são aquelas que estão definidas. O que está previsto é, ao longo dos primeiros cinco anos, uma equiparação a Viana do Castelo, com a questão de atualizar em função da inflação. -----

A questão do EBITA, como sabe, é antes de amortizações, antes do imposto, portanto, não tem nada a ver, não deve ser equiparado a lucro. Todo o estudo de viabilidade está a preços correntes, significa isto que tem um efeito de inflação. É evidente que, ao longo do tempo, tem um efeito que ilude, faz parecer um aumento real, mas não há aumento real. Nos recursos humanos, o que está previsto são cerca de duzentas e cinquenta pessoas e o encargo médio anda sempre à volta dos vinte e quatro mil euros por trabalhador. Portanto, isso mantém-se estável. --- -----

Sobre a retribuição: tipicamente está previsto um mecanismo de retribuição. Os municípios são diferentes, os municípios têm diferentes densidades populacionais em termos de utilização de rede, logo, implicam custos completamente diferentes em termos de utilização. Isto é um mecanismo de diferenciação, de discriminação positiva. Nesta região é mais um ato de coesão e solidariedade. Entenderam tratar os municípios de forma igual na retribuição que é aplicada sobre o seu volume de negócios, de igual forma, em todos os municípios. Agora, importa aqui dizê-lo, estamos a falar numa esfera pública. O rendimento da retribuição entra no orçamento público. Aliás, os dividendos do grupo Águas de Portugal vão todos para o orçamento geral do Estado, ou seja, fica tudo na esfera pública. Ao nível da convergência para Viana, se houvesse uma convergência mais alongada outros municípios pagariam a convergência de outros concelhos. -----

Relativamente aos contratos, os municípios assumem as políticas sociais que estão além daquelas que forem previstas pela entidade gestora. A questão das famílias numerosas tem a ver com a eliminação de uma distorção que resulta da aplicação de um tarifário por escalões, ou seja, se houver mais pessoas dentro do aglomerado tem de ser automaticamente ajustado o que está previsto. Aliás, as políticas nesse domínio já são públicas, acima do quinto elemento, ou mais, há um ajustamento de três metros cúbicos. Sobre a obrigação de ligação ao sistema, naturalmente que há muitos anos que está prevista. A obrigação de desativação de outros sistemas, nomeadamente para situações de regas ou lavagem, se tiver uma situação licenciada claramente que não, pode perfeitamente manter. -----

Outra situação que trabalhamos com particular atenção são as soluções individuais de saneamento. Há sítios em que é necessário olhar com especial atenção para essas soluções. Na linha do plano estratégico do setor, estão todo um conjunto de medidas para valorizar as soluções individuais. Em vez das entidades gestoras reagirem apenas à solicitação do utilizador, vão ter uma atitude proactiva, ou seja, definem circuitos para manter essas soluções e as pessoas pagam o mesmo que os ligados à rede. Ora, isso vai concorrer para indicadores de serviço de qualquer município e do próprio país. Países como a Áustria e a Grécia têm soluções individuais que integram nos indicadores oficiais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre a maioria do capital. Fundamentalmente, tem a ver com uma arquitetura financeira que quer desonerar a parte dos municípios, por um lado e, por outro lado, capitalizar aquilo a credibilidade que o grupo foi conquistando ao nível da banca internacional. Grande parte do financiamento do grupo é totalmente estrangeiro. É esta capacidade que se traz para aqui e esta arquitetura de há 25 anos, importa dizê-lo, tem permitido condições ímpares ao nível do nosso sistema financeiro. -----

A questão da privatização voltou agora a ser revisitada e, muito bem, porque de facto houve um histórico, em que a confiança política dos autarcas foi claramente prejudicada. -----

O Estado Português, na sequência de uma queixa que houve em Bruxelas, também clarificou junto da Comissão Europeia que este regime é uma operação dentro da esfera do Estado, cem por cento pública e no dia em que isso for prejudicado, e é esse o compromisso, temos o problema de contencioso. Qualquer alteração na categoria das ações obriga a uma decisão de setenta e cinco por cento do capital, ou seja, não há alterações, ou seja, não basta apenas o peso da Águas de Portugal. -----

As responsabilidades assumidas pela entidade gestora estão integralmente repercutidas na tarifa. É esse o princípio. Outras responsabilidades que penalizavam mais a tarifa, como a expansão do serviço, ficaram na esfera dos municípios. Os subsídios, naturalmente, estão integrados na tarifa, mas agora com sentido negativo. Os subsídios são sempre atribuídos não ao Estado Português, não aos municípios, mas às populações, ou seja, em qualquer altura tem de se mostrar que as populações beneficiaram daqueles subsídios, inclusive, no caso do preço, se for essa a situação. -----

Sobre a questão da subsidiação cruzada, uma parte do problema do setor tem a ver com algum atraso que houve em termos do mecanismo de compensação tarifária. Só para termos a noção, e deverão saber tão bem como eu, nós temos uma questão de densidades populacionais de um para vinte, no nosso país. Tipicamente, em territórios de baixa densidade preciso de vinte vezes mais extensão da rede do que, por exemplo, no Porto. Isto impõe custos de contexto completamente díspares. Comparar uma tarifa de um território de alta densidade com um de baixa densidade distorce bastante as situações. É por isso que este território tem de captar ganhos de outras formas. Conseguimos ter aqui, com sustentabilidade, níveis tarifários de alguns municípios da zona de Braga. Agora, importa dizer que o país evoluiu na compensação tarifária e evoluiu ao nível das agregações. Neste momento, temos as áreas metropolitanas a pagarem uma compensação tarifária aos municípios, aos sistemas de baixa densidade a tal CTA que está definida por decreto lei. A questão do modelo do gás já começou a ser transposta para a água e deve evoluir também ao nível da distribuição, porque as diferenças de contexto na alta também se aplicam ao nível da baixa e aí temos de fazer, como cidadãos deste país, um trabalho político e técnico. --- -----

Sobre a tendência demográfica, o que temos no estudo é uma estabilidade de volume e termos uma estabilidade de volume já é ambicioso. Por exemplo, temos muita água não faturada, ou seja, por circunstâncias várias, digamos está a ser faturada muito menos água do que aquela que devia ser faturada. Na prática, tem de haver um aumento e também tem de haver um aumento de adesão, uma vez que é obrigatório. Esta região tem grandes investimentos feitos em que as pessoas não estão ligadas e não estão a participar. Portanto, nós fazemos essa projeção até 10/15 anos e depois estabilizamos. Isto porque toda esta operação se baseia numa revisão de cinco em cinco anos e, na prática, as evoluções demográficas vão sendo atualizadas. -----

Sobre os recursos humanos, só tem sentido começar com todo esse trabalho e interação com os trabalhadores definidos e apreciados pelos órgãos autárquicos. São sempre operações de grande comunicação com os trabalhadores, articulação com os órgãos autárquicos, que manifestam a sua posição e, considerando o histórico que temos, diria que não há antecedentes, não há registos de situações de conflitualidade, até porque se baseiam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre numa situação de concertação prévia com os sindicatos. Temo-lo feito sempre no passado. Aliás, o grupo Águas de Portugal celebrou também este ano um acordo coletivo de trabalho com os dois sindicatos, com a VET e com a CGTP. O clima laboral do grupo também sofreu as situações de dificuldade do país, não podia ser de outra forma, mas tem sido um clima claramente normal, portanto, um bom ambiente laboral, sem grandes situações de conflitualidade. -----

----- Sobre a capacidade de resposta ao nível operacional, o desafio é captar sinergias e não prejudicar a capacidade de resposta. Teremos, cada vez mais, uma lógica de atuação mais programada e menos reativa neste domínio. Olhando para outros exemplos já existentes, as populações perceberam que está a ser feito um grande esforço de melhoria do serviço. Compreenderam o aumento das tarifas. Há visibilidade no terreno, melhoria do atendimento e as lojas são também uma componente importante na interação também com as populações. -----

Sobre soluções de tratamento da água: a situação de Israel é uma das mais extremas, mais onerosas ao nível de tratamento. Em Portugal, uma dessalinizadora fica muito mais cara, mas ainda não chegamos a esse ponto, apesar de alguma vulnerabilidade e, nesta matéria, todos os dias estamos a aprender. Temos de monitorizar sempre, mas há um longo caminho a fazer antes de chegar a este tipo de soluções que são muito onerosas. -----

Relativamente à responsabilidade de fornecimentos, se bem percebi todas as responsabilidades neste domínio estão passadas para entidades gestoras. aliás, ainda estes dias foi publicado um novo regulamento da ERSAR sobre as relações comerciais. Não vale a pena por em contrato aquilo que faz parte do regulamento de uma entidade à qual nós temos de responder.

Sobre o momento para a adesão. Desde logo, aquando da adesão ao sistema multimunicipal, esta foi uma das regiões que só não evoluiu para a adesão em baixa porque houve uma queixa em Bruxelas dos operadores privados e o grupo não pode prosseguir com essas conversações, não só aqui, como noutras regiões do país. -----

Esta retoma do grupo relativamente às operações da baixa apareceu novamente no âmbito do PEAASAR de 2005, em que houve uma grande conversação política uma vez que se tratava da preparação de um plano estratégico. Em paralelo, os municípios quiseram mais uma alternativa ao modelo de gestão. E essa alternativa surgiu com o modelo das parcerias do Decreto-Lei de 2009. O hiato temporal tem a ver com a preparação, com conversações que há neste domínio e o grupo fez um grande estudo nacional e uma sensibilização de norte a sul do país, fora das áreas metropolitanas. Em 2010, os municípios começaram a desenvolver estudos. Devo dizer, sobre o momento da adesão, que não é indiferente o facto de o governo ter voltado a pôr este assunto em cima da mesa, mas também não é indiferente a acumulação de défices substanciais nesta região. Nos últimos cinco a seis anos, esta região acumulou cerca de trinta milhões de euros de défice com estes serviços. A questão, por vezes, não tem a ver com a acumulação do défice, tem a ver com duas consequências preocupantes: a primeira é a acumulação de dívida e há municípios que estão com forte desequilíbrio financeiro, neste momento; a segunda é o prejuízo para as gerações vindouras, porque não se está a investir na renovação. A estes fatores acresce um aviso de financiamento importante para incentivar em particular estas parcerias. Terá sido um pouco a conjugação dos vários fatores. -----

A questão da possibilidade de saída da parceria ficou perfeitamente regulada ao nível do contrato. Nos primeiros dez anos, é necessário garantir estabilidade e visibilidade. Como é que nós vamos chegar a um banco e dizer olhe nós temos aqui um conjunto de sete municípios, precisamos de financiar esta operação quando qualquer um pode sair, no prazo de dez anos, sem qualquer outra questão. De facto, o princípio é que, a partir do décimo primeiro ano, o município pode sair, mas tem de indemnizar a sociedade porque tem investimentos feitos que não foram amortizados. Caso contrário, seriam os outros municípios a pagar a eventual retribuição que tenha recebido antecipadamente e o eventual impacto que a saída tenha relativamente à tarifa dos outros utilizadores. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à questão dos fundos comunitários, o que está hoje em vigor é o “Portugal 2020”, celebrado em 2014. Os fundos comunitários estruturais são para infraestruturas e Bruxelas não apresenta grande disponibilidade para por dinheiro no setor da Águas em Portugal. Não significa isto que não haja oportunidades futuras. Situações de renovação, no sentido estrito, não são financiadas, a não ser que se diga que têm problemas de qualidade ou problemas de pressão. -----

Presidente da Câmara: louvo a elevação com que este debate decorreu. Há certamente uma convergência de opinião, tanto do PS como do PSD, de que a tarifa tem de, forçosamente, aumentar agora. Há uma questão que nos distingue, o PSD preferia não aderir à parceria e nós consideramos que a adesão à parceria é a única forma de nos garantir capacidade de investimento, de estar integrado numa estrutura que tem conhecimento e, simultaneamente, ter uma estrutura de apoio, um suporte para resolver os graves problemas que temos na rede de distribuição. É, também, uma forma de garantir o futuro, assegurar a saúde pública e, naturalmente, fazer as obras necessárias. Como diria, e termino como comecei, é uma decisão obviamente difícil. Compreendo e respeito a opinião diferente do PSD. É uma decisão difícil, mas teríamos de a tomar e achamos que é necessária. -

Submetida à votação, a proposta de deliberação de constituição de uma parceria pública entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira – Águas do Alto-Minho foi aprovada por maioria com 24 votos a favor do PS; 1 abstenção do membro independente e 4 votos contra, sendo 3 do PSD (João Cunha, Ricardo Marinho e José Augusto Sousa) e um do PCP/PEV (Celina Sousa). -----

Foi lida a minuta da deliberação que se transcreve a seguir: -----

Tendo em conta que os artigos 117.º, n.º 1 e 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecem que o Estado e as autarquias locais articulam entre si a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências, tendo como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis. -----

Para o efeito, o Estado e as autarquias locais podem estabelecer entre si, sem prejuízo das suas competências próprias, formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, designadamente no domínio da prestação de serviços essenciais, como o abastecimento de água para consumo humano e o saneamento de águas residuais urbanas. -----

Considerando a necessidade de implementação do PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, aprovado pelo Despacho n.º 4385/2015, de 22 de abril de 2014, do Secretário de Estado do Ambiente, publicado no Diário da República n.º 84, 2.ª Série, de 30 de abril, que partindo da necessidade de reforço da sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras de sistemas municipais de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas preconiza que a “reestruturação organizacional do setor (...), nomeadamente dos serviços «em baixa» deve começar ou continuar num contexto de consenso e compromisso político alargados entre os titulares das EG, utilizando as soluções organizacionais disponíveis e já utilizadas com sucesso no âmbito do quadro legal vigente”. - -----

Atendendo ao regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril de 2009, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. -----

Considerando que decorre do PENSAAR 2020, bem como do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, a promoção da integração territorial mais adequada dos sistemas municipais, sem prejuízo do respeito da autonomia local, no sentido da maximização das economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama. -----

Atendendo a que a integração do ciclo urbano da água e a sua articulação com as estratégias de desenvolvimento e gestão territoriais, bem como a iniciativa “Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água”, propugnam que seja valorizado o acesso ao financiamento comunitário a projetos que evidenciem o reforço das capacidades de realização dos investimentos e de exploração dos sistemas com eficiência, em linha com o preconizado no PENSAAR 2020. -----

Considerando que os municípios que compõem a região do Alto Minho desenvolveram nos últimos anos relevantes iniciativas relacionadas com a necessidade de resolução eficaz dos problemas de infraestruturação e gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, em particular na sequência da reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima (CIM Alto Minho) de 7 de abril de 2010, que ponderando designadamente as especificidades do território, as responsabilidades com o sistema multimunicipal e aos desafios impostos por uma regulação cada vez mais exigente deliberou iniciar os procedimentos conducentes à identificação de soluções mais eficientes para os serviços de águas.-----

Dado que a celebração de uma Parceria, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, representará para as populações dos concelhos abrangidos uma melhoria da qualidade de vida decorrente da realização de investimentos relevantes, que se traduzem no incremento da universalidade, da continuidade e da qualidade do serviço, com os consequentes benefícios em termos de saúde pública e de proteção do ambiente. -----

Atendendo a que a exploração e a gestão dos serviços de águas podem ser efetuadas através de entidade do setor empresarial do Estado em que participem municípios ou associações de municípios, conforme previsão da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.-----

Considerando, por outro lado, na atual conjuntura económico-financeira que a instituição da Parceria se traduzirá numa racionalização e contenção de custos com os serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, uma vez que a gestão integrada dos mesmos oferece vantagens indiscutíveis no plano comparativo com outros modelos de gestão previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, fruto das economias de escala e gama e da adoção consistente de boas práticas de gestão. --- -----

Atendendo a que a Parceria prevê um conjunto de investimentos reputados necessários, bem como a candidatura concertada a fundos comunitários numa perspetiva de coesão regional. -----

Considerando que a solução indicada preserva a gestão pública do serviço e a titularidade dos sistemas municipais e dos respetivos bens e infraestruturas que permanecem na propriedade dos municípios, sendo afetos temporariamente para gestão do sistema integrado e não tendo a entidade gestora mais do que a posse dos bens. Tendo em conta que através do modelo de gestão proposto os municípios não perdem a capacidade de intervenção, dado que as decisões principais, como sejam a aprovação das tarifas e suas atualizações, dos planos de atividade e dos investimentos são aprovadas por uma Comissão de Parceria, na qual se encontram representados paritariamente os municípios e o Estado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atendendo a que em matéria de relações laborais, o modelo em análise não prevê a integração obrigatória dos trabalhadores autárquicos em funções nas áreas do abastecimento e saneamento, mas um processo que privilegia a vontade dos trabalhadores, em celebrar um contrato de cedência em funções públicas ou um contrato de trabalho com a empresa a constituir, em termos a concertar com as organizações representativas dos trabalhadores. -----

Uma vez que a livre escolha de uma parceria no que respeita aos serviços públicos em questão pressupõe cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. -----

Considerando que se encontra acautelado que se a entidade gestora deixar de integrar o sector empresarial do Estado, nos termos dos modelos contratuais instituídos e do quadro legal comunitário aplicável, ocorre a caducidade automática dos contratos a outorgar entre os municípios e o Estado.

Em face do exposto, a Câmara Municipal de Paredes de Coura por deliberação de 21-08-2018, submeteu à aprovação da Assembleia Municipal de 07-09-2018, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que delibera: -----

1). Aprovar a constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, mediante a celebração dos seguintes contratos: ---

a) Contrato de Parceria Pública e seus anexos, por intermédio do qual os municípios decidem agregar os respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas do Alto Minho, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de Paredes de Coura previstos no plano de investimentos, nos termos descritos no ANEXO II do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

b) Contrato de Gestão e seus anexos, que visam estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos descritos no ANEXO V do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

2) Designar o Presidente da Câmara Municipal para representação do município de Paredes de Coura na outorga dos contratos suprarreferidos; -----

3) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a subscrição pelo município de Paredes de Coura] de 12 028 (doze mil e vinte e oito ações da categoria A, representativas de € 60 140,00 (sessenta mil cento e quarenta euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., entidade gestora do Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos dos estatutos que constituem o ANEXO VI do dossier apenso à presente deliberação e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do ANEXO IV do dossier apenso à presente deliberação, que dela fazem parte integrante; -----

4). Aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos descritos no ANEXO VIII do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

5). Submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas a aquisição de ações representativas de € 60 140,00 (sessenta mil cento e quarenta euros), do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; -----

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6). Comunicar à Inspeção-Geral das Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais a aquisição de ações representativas de € 60 140,00 (sessenta mil cento e quarenta euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; -----

7). Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações. -----

Aprovar a minuta de protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas, que se anexa como documento à ata e dela faz parte integrante. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por maioria, com 26 votos a favor, sendo 24 do PS, 1 do PCP/PEV e 1 do membro independente e 3 votos contra do PSD (João Cunha, Ricardo Marinho e José Augusto Sousa), aprovar esta parte da ata em minuta. -----

O PSD disse votar contra por considerar que a minuta contém considerações que extravasam a deliberação. Toda a primeira parte são considerações argumentativas que não fazem parte da decisão, portanto, para votar a favor, toda a primeira parte deve ser excluída. -----

Presidente da Assembleia: agradeceu ao Dr. Francisco Narciso a disponibilidade para prestar, como especialista, os esclarecimentos sobre o assunto e responder às questões apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal, tornando assim mais clara esta adesão à parceria. -----

LANÇAMENTO DE DERRAMA

Ponto n.º 03 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para lançamento de derrama, para o ano de 2019, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

José Augusto Sousa (PPD/PSD): em relação à derrama, o PSD tem sistematicamente defendido a ideia de que é uma taxa injusta que só se aplica a determinado tipo de atividade comercial e que, portanto, sendo injusta, não sendo universal, dessa forma devia ser isenta e, como tal, propomos que a Câmara Municipal delibere a isenção da taxa de derrama. -----

Presidente da Câmara: A taxa protege as pequenas empresas com volumes de negócio até aos 150 mil euros, portanto, acho que as empresas que criam mais riqueza têm de dar um contributo no sentido de reforçar a receita da Câmara. Nós sabemos que as receitas próprias são exíguas e parcas e, se fragilizarmos o lado da receita, obviamente que depois temos menos capacidade de investimento e de acudir às necessidades das populações. ---

Submetida à votação, a proposta de lançamento de derrama para o ano de 2019, foi aprovada por maioria com 26 votos a favor, sendo 24 do PS, 1 do PCP/PEV e 1 independente e 3 votos contra do PSD (João Cunha; Ricardo Marinho e José Augusto Sousa). -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FIXAÇÃO DE TAXA DE IMI

Ponto n.º 04 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2019, em 0,33% para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). -----

José Augusto Sousa (PPD/PSD): a receita de IMI tem vindo a subir e queria saber qual é o impacto da alteração da taxa de 0,3 para 0,33. -----

Manuel Monteiro (PS): disse que o Partido Socialista concordava com a fixação da taxa e que a votaria favoravelmente. -----

Presidente da Câmara: a maior parte das receitas do Município é proveniente das transferências do Estado. A alteração à taxa é de cerca de 20 mil euros, o que é uma quantia importante. Obviamente que não subiu exponencialmente. Também poderão perguntar do caráter razoável de aumentar. Pode parecer chocante para as pessoas, mas encaramos a Câmara Municipal como uma empresa, mas uma empresa pública, que tem de ser gerida com rigor, não diria ter austeridade, mas ter capacidade de investir e nós sabemos que a maior parte da receita da Câmara Municipal são as transferências do Estado. Se fragilizamos o lado das receitas próprias, que já são pequeninas, então perdemos capacidade para investir. -----

Submetida à votação a proposta de fixação de taxa de IMI, para o ano de 2019, foi aprovada por maioria, por maioria, com 26 votos a favor, sendo 24 do PS, 1 do PCP/PEV e 1 independente, e 3 votos contra do PSD (João Cunha; Ricardo Marinho e José Augusto Sousa), que apresentou declaração de voto de que deveria aplicar-se a taxa mínima. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta. -----

PARTICIPAÇÃO NO IRS

Ponto n.º 05 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2019, nos termos do nº2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro. -----

Manuel Monteiro (PS): consideramos que é essencial para os municípios beneficiarem desta redução, particularmente os agregados familiares com menores rendimentos. Além de que é essencial para o município cumprir as funções sociais que cumpre com eficácia e com justiça. -----

José Augusto Sousa (PPD/PSD): o PSD entendeu sempre, logo que a legislação permitiu aos municípios a gestão da parte da taxa de imposto, que devia maximizar o rendimento dos courenses e aumentar a sua competitividade no concelho, de forma a que, em particular, aos concelhos vizinhos que a aplicam não criarmos uma discriminação negativa dos courenses face a eles. Daí que propusemos sempre a redução da taxa de IRS que a lei permite e, em vez de cobrar os 3%, passar para a taxa de 0%. Os municípios à nossa volta estão a intensificar a redução de IRS, a este nível. Toda a gente se recorda de um município em particular, com dois outdoors a explicar isso em cada uma das entradas principais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, entendemos que, não sendo um fator essencial para incentivar a manutenção do número de pessoas em Paredes de Coura, pode potenciar o regresso de alguns courenses que estão fora. Devemos permitir que as pessoas que vivem fora de Paredes de Coura possam reforçar os níveis de escolha para habitarem cá e devemos usar todos os trunfos que temos, e é por isso que o PSD vai votar contra, por entender que em vez dos 3% se aplique a taxa zero, na variável de IRS.-----

Submetida à votação, a proposta de fixação de participação variável no IRS, para o ano de 2019, foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor, sendo 24 do PS, 1 do PCP/PEV e 1 independente, e 3 votos contra do PSD (João Cunha; Ricardo Marinho e José Augusto Sousa), que apresentou a seguinte declaração de voto: “O PSD vota contra a proposta apresentada porque entende que a taxa em vez de ser reduzida de 5 para 3 devia ser de 5% para zero beneficiando os courenses em mais de 3% de IRS, em cada unidade familiar. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta. -----

TMDP – TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM

Ponto nº 06 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2019. -----

Vice-presidente, Tiago Cunha: a proposta da Câmara era a fixação em taxa zero porque ela era suscetível de ser refletida, de acordo com a lei, nos preços do serviço aos consumidores. Só deixou de ser insuscetível de ser refletida no consumidor final a partir da última alteração legal. A partir dessa altura, não se justificava que o município não cobrasse uma receita às operadoras das comunicações que, por sua vez, já cobram serviço aos consumidores. Não faria sentido que não fosse arrecadada, pelo Município, essa receita. Enquanto zelador dos interesses dos courenses não se justificava não cobrar, uma vez que o facto de cobrar não tem nenhum impacto negativo no custo dos serviços. -----

Submetida à votação, a proposta de lançamento de fixação da TMDP, para o ano de 2019, foi aprovada por unanimidade. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta. -----

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 31 DE MARÇO

Ponto n.º 07 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-08-2018, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 15-12-2017, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto n.º 08 - Intervenção do público.-----

----- Não houve intervenções -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.-----

MANDATO DE 2017 A 2021